



Santander

**Relatório de Gerenciamento de
Riscos e Capital**
(Pilar 3)

4º TRIMESTRE DE 2022

Índice

Introdução	3
Indicadores Prudenciais e Gerenciamento de Riscos	4
KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais	4
OVA: Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição	4
Modelo de Negócio e Perfil de Riscos	4
Princípios Corporativos da Gestão de Riscos	9
Canais de Disseminação da Cultura de Riscos	11
Reporte de Riscos	11
Teste de Estresse	13
Mitigação de Riscos	14
Plano de Recuperação	15
Gerenciamento de Capital	15
OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	16
Comparação entre Informações Contábeis e Prudenciais	17
LIA: Informação das Diferenças entre os Valores Contábeis e as Exposições Consideradas para Regulamentação Prudencial	17
LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco	18
LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições	18
PV1: Ajustes prudenciais (PVA)	19
Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis BRGAAP e Prudencial	19
Instituições Relevantes	20
Composição do Capital	20
CCA: Principais Características dos Instrumentos que Compõem o Patrimônio de Referência (PR)	20
CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)	21
CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial	23
Indicadores Macropprudenciais	23
GSIB1: Caracterização de Instituição Financeira Sistemicamente Importante em Âmbito Global (G-SIBs)	23
CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPCContracíclico	23
Razão de Alavancagem (RA)	24
LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)	24
LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem	24
Indicadores de Liquidez	25
LIQA: Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do Risco de Liquidez	25
LIQ1: Indicador de liquidez de curto prazo (LCR)	28
LIQ2: Indicador de liquidez de longo prazo (NSFR)	29
Risco de Crédito	30
CRA: Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do Risco de Crédito	30
CR1: Qualidade creditícia das exposições	31
CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal	31
CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições	31
Exposições por região geográfica e prazo remanescente de vencimento	31
Exposições por setor econômico e prazo remanescente de vencimento	32
Exposições em curso anormal, provisões e baixas contábeis por região geográfica	32
Exposições em curso anormal, provisões e baixas contábeis por setor econômico	33

Exposições segmentadas por faixa de atraso	33
Maiores exposições	34
Operações reestruturadas	34
CRC: Informações sobre Instrumentos Mitigadores do Risco de Crédito	34
CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito	35
CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito	35
CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)	36
Risco de Crédito de Contraparte (CCR)	36
CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)	36
CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada	37
CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco	37
CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte	37
CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito	38
CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais	38
Exposições de Securitização	38
SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco das exposições de securitização	39
SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária	39
SEC2: Exposições de Securitização classificadas na carteira de negociação	40
SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora de securitização	40
SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora	40
Risco de Mercado	40
MRA: Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do Risco de Mercado	40
MR1: Abordagem padronizada – fatores de riscos associados ao risco de mercado	42
MRB: Informações Qualitativas sobre o Risco de Mercado na Abordagem de Modelos Internos	42
MR2: Informações sobre as variações do RWAMINT	43
MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado	43
MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético	44
OPD: Operações com derivativos	46
Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)	46
IRRBBA: Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do IRRBB	46
IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB	49
Remuneração de Administradores	50
REMA: Política de Remuneração	50
REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência	54
REM2: Pagamentos Extraordinários	54
REM3: Remuneração diferida	54
Outros riscos	55
Risco de Concentração	55
Riscos Social, Ambiental e Climático	55
Risco Operacional	56
Glossário	58

Introdução

O Banco Santander, a fim de gerir adequadamente o seu capital e antecipar futuras necessidades das várias fases do ciclo de negócio, efetua projeções de capital regulatório e econômico, baseadas nas projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pela Instituição. As gestões de riscos e de capital estão alinhadas com as melhores práticas de mercado e as diretrizes globais do Grupo Santander; além disto consideram as exigências e níveis regulatórios e econômicos.

O presente documento atende as exigências da Resolução BCB nº 54 de 16 de dezembro de 2020 que dispõe sobre a divulgação das informações quantitativas e qualitativas referente à gestão de riscos, à apuração do montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR). O seu objetivo é fomentar a disciplina de mercado, permitindo aos distintos agentes avaliar a suficiência de capital das entidades.

Abaixo, seguem os principais indicadores apurados na data-base de 31 de dezembro de 2022 com base no Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Índice Capital Principal 10,8% <i>Trimestre anterior: 11,3%</i>	Índice de Nível I 11,9% <i>Trimestre anterior: 12,4%</i>	Índice de Basileia 13,9% <i>Trimestre anterior: 14,5%</i>	Razão de Alavancagem 7,1% <i>Trimestre anterior: 7,5%</i>
Capital Principal R\$ 69,2 bi <i>Trimestre anterior: R\$72,0bi</i>	Nível I R\$ 75,9 bi <i>Trimestre anterior: R\$79,1bi</i>	Basileia R\$ 89,1 bi <i>Trimestre anterior: R\$92,3bi</i>	RWA R\$ 638,9 bi <i>Trimestre anterior: R\$637,5bi</i>

Estas informações estão alinhadas com as das Demonstrações Financeiras da Instituição, objeto de auditoria pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e de avaliação pelo Comitê de Auditoria.

Indicadores Prudenciais e Gerenciamento de Riscos

As sessões seguintes apresentam informações sobre os indicadores prudenciais e o gerenciamento de riscos e capital do Banco Santander e suas principais características.

KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Em R\$ milhões	dez-22	set-22	jun-22	mar-22	dez-21
Capital regulamentar					
Capital Principal	69.229	72.005	69.627	70.783	69.920
Nível I	75.944	79.069	76.350	76.875	76.970
Patrimônio de Referência (PR)	89.053	92.277	89.009	88.657	89.561
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)					
RWA total	638.878	637.462	627.589	602.784	600.741
Capital complementar como proporção do RWA					
Índice de Capital Principal (ICP) (%)	10,8%	11,3%	11,1%	11,7%	11,6%
Índice de Nível 1 (%)	11,9%	12,4%	12,2%	12,8%	12,8%
Índice de Basileia (%)	13,9%	14,5%	14,2%	14,7%	14,9%
Adicional de capital principal (ACP) como proporção do RWA					
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,5%	2,5%	2,5%	2,0%	2,0%
Adicional de Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
ACP total (%)	3,5%	3,5%	3,5%	3,0%	3,0%
Margem excedente de Capital Principal (%)	2,4%	2,9%	3,7%	4,7%	3,8%
Razão de alavancagem (RA)					
Exposição total	1.065.742	1.058.717	1.017.355	990.154	972.893
RA (%)	7,1%	7,5%	7,5%	7,8%	7,9%
Indicador de liquidez de curto prazo (LCR)					
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	145.015	147.432	142.361	144.537	148.950
Total de saídas líquidas de caixa	105.489	95.625	90.154	98.383	100.274
LCR (%)	137,5%	154,2%	157,9%	146,9%	148,5%
Indicador de liquidez de longo prazo (NSFR)					
Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)	529.690	525.897	526.118	512.190	505.917
Recursos Estáveis Requeridos (RSF)	488.889	487.232	473.156	461.455	452.900
NSFR (%)	108,3%	107,9%	111,2%	111,0%	111,7%

O Índice de Basileia alcançou 13,9% em dezembro/22, uma queda de 0,6 pp. comparado ao trimestre anterior, explicado principalmente pelo aumento nas deduções do período, porém, ainda bem acima do requerimento mínimo regulatório, que é de 8% sem os adicionais de capital principal (ACPs) e de 11,5% com os ACPs.

OVA: Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição

Modelo de Negócio e Perfil de Riscos

O modelo de negócios do Banco Santander (Brasil) S.A. (denominado "Instituição") é baseado na convicção de que o caminho para crescer de forma rentável, recorrente e sustentável é prestar um serviço de excelência para assim aumentar o nível de satisfação do cliente, expandir a base e aumentar a sua vinculação.

A atuação está pautada em uma relação próxima e duradoura com clientes, fornecedores e acionistas. Essa atuação se traduz no nosso propósito, que é de contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem.

Diante disso, o Santander Brasil possui as seguintes prioridades estratégicas:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, digitais e inovadores, por meio de uma plataforma multicanal;
- Gerar resultados de forma sustentável e rentável, com maior diversificação de receitas, considerando equilíbrio entre crédito, captação e serviços. Ao mesmo tempo, manter uma gestão preventiva de riscos e controle rigoroso de despesas;
- Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento;
- Ganhar participação de mercado de forma rentável por meio de nosso robusto portfólio, otimizar o ecossistema e lançar novos negócios, melhorando continuamente a experiência dos nossos clientes.

A avaliação do modelo de negócio ocorre pela função de Risco Estratégico que é responsável pela definição da metodologia dos exercícios de identificação e avaliação do risco potencial dos planos de negócios.

O risco estratégico é o risco de perdas ou danos derivados de decisões estratégicas, ou sua má implementação, que afetem os interesses de médio e longo prazo dos principais *stakeholders*, ou de incapacidade de adaptação à evolução do ambiente em que a Instituição está inserida, e pode ser dividido em três categorias:

- **Risco de Modelo de Negócio:** abrange o risco de o modelo de negócio estar desatualizado, se tornar irrelevante e/ou perder a capacidade de continuar gerando os resultados desejados, ocasionado tanto por fatores externos quanto internos;
- **Risco de Concepção da Estratégia:** é o risco associado à estratégia adotada no plano de longo prazo. Considerando o risco de que o plano seja inadequado em sua natureza ou nas premissas contempladas, não levando aos resultados esperados;
- **Risco de Execução da Estratégia:** é o risco associado à execução do plano estratégico trienal. Os riscos a serem considerados incluem impactos potenciais por fatores tanto internos quanto externos, pela falta de capacidade de resposta diante de mudanças do ambiente de negócio e os riscos associados as operações de desenvolvimento corporativo.

Por último, na gestão e controle de risco estratégico devem ser considerados outros tipos de riscos de natureza não estratégica (risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, etc.) com caráter complementar e que afetam a estratégia do modelo de negócio. Esses riscos podem gerar um impacto significativo para a saúde financeira da Instituição e são classificados em:

- **Top risks:** são potenciais eventos de riscos que representam uma ameaça aos planos estratégicos e podem ter impacto significativo nos resultados de liquidez e capital;
- **Emerging and evolving risks:** riscos com alto nível de incerteza, dificuldade de classificação e que não se manifestaram anteriormente ou foram avaliados de forma diferente.

A ferramenta Avaliação do Perfil de Riscos (RPA - *Risk Profile Assessment*) deve garantir a adequada cobertura dos riscos e proporcionar uma visão integral do perfil de riscos na atividade do negócio por meio da avaliação de perfil de risco da Instituição.

Esta avaliação é realizada semestralmente com base em métricas de performance, questionários qualitativos e exercícios que geram relatórios com resultado, evolução e principais fatos por tipo de risco reportados à alta administração no Comitê de Controle de Riscos (CCR) e no Comitê de Riscos e Compliance (CRC).

Outra ferramenta utilizada na gestão dos riscos é o *Apetite ao Risco*, que corresponde ao máximo nível e tipo de risco que a Instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade de risco, para alcançar seus objetivos estratégicos e o desenvolvimento de seu plano de negócios.

O *Apetite ao Risco* deverá permanecer abaixo do limite definido como o máximo nível e natureza de risco que a Instituição pode assumir sem comprometer sua viabilidade de funcionamento. O limite é determinado pela quantidade de recursos (capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas e capacidades de gestão) suficiente para desenvolver a atividade da Instituição diante das exigências dos *stakeholders* ou grupos de interesses (reguladores, governo, acionistas, investidores, clientes, funcionários, fornecedores e comunidade social).

A Avaliação do Perfil de Riscos (RPA - *Risk Profile Assessment*) e o *Apetite ao Risco* estão entre as principais ferramentas de gestão de riscos da Instituição, onde os riscos mapeados pelo exercício do RPA são diretamente e indiretamente considerados no *Apetite ao Risco*.

As duas ferramentas englobam os seguintes riscos relacionados no modelo de negócios:

- **Risco de Crédito:** risco de perda financeira decorrente de inadimplência ou da deterioração da qualidade do crédito de um cliente ou contraparte, ao qual a Instituição concedeu crédito diretamente ou para o qual assumiu uma obrigação contratual. É o principal risco que impacta o Grupo e se encontra presente em todas as operações nas quais se gera uma obrigação de pagamento por parte de um terceiro à Instituição.
- **Risco de Concentração:** ocorre em consequência de uma exposição elevada frente um número reduzido de contrapartes, cujo comportamento de pagamento se encontra altamente correlacionado. As operações podem ser agrupadas pelas principais características dos clientes:
 - Setor: grupo de clientes que se dediquem a mesma atividade produtiva;
 - Segmento: grupo de clientes definido por características/classificação semelhantes definidos pela Instituição;
 - Geografia: tipo de clientes por localização e origem;
 - Produto: agrupamento de clientes em função do tipo de financiamento ou produto contratado.

O Risco de Concentração deve considerar também os riscos vinculados as grandes exposições creditícias indiretas, tal como: um emissor de garantias reais ou de clientes cujo ingresso depende de maneira significativa dos pedidos de uma mesma empresa que são provedores.

Os eixos considerados podem, portanto, variar na medida em que a experiência mostre outros tipos de relações significativas.

- **Risco de Contraparte:** risco creditício de caráter bilateral associado a instrumentos financeiros, cuja exposição ocorre pela evolução dos fatores de mercados subjacentes. Ou seja, tem caráter incerto.
- **Risco de Ativos Intangíveis, Ativos Fixos e Equity não negociação:** risco que decorre de perdas potenciais pela desvalorização dos ativos tangíveis e intangíveis, e potencial perda pela deterioração das participações acionárias que a Instituição apresenta no balanço patrimonial.
- **Risco de Mercado:** é o risco incorrido como resultado de modificações em fatores de mercado (taxa de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*, entre outros) que afetem ao valor das posições de carteiras de negociação (*trading book*) com reflexo nos resultados ou capital.
- **Risco ALM/Estrutural:** risco de mudanças na geração de valor ou margem dos ativos ou passivos no *banking book* resultante de mudanças nos fatores de mercado e comportamento do balanço. A avaliação dos descasamentos entre os prazos dos ativos e passivos facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da Instituição.
- **Risco de Pensão:** está relacionado à possibilidade de descasamento entre ativos e passivos atuariais (custos administrativos, ações e benefícios de previdência superarem a quantia agregada de cotas recebidas e a rentabilidade das destinações). Os elementos que afetam esse risco abarcam desde a mortalidade ou morbidez até a relação de pagamento de cotas, passando pela rentabilidade dos ativos.
- **Risco Operacional:** é definido como o risco de perdas resultante da inadequação ou falha dos processos internos, das pessoas, dos sistemas internos ou por eventos externos.
- **Risco Tecnológico:** são as perdas derivadas de incidências de negócio e falhas em sistemas. Estas incidências podem afetar hardware, software, telecomunicações, infraestrutura ou sistema elétrico. Também podem acarretar problemas relacionados à guarda e segurança de informação.
- **Risco de Modelo:** é o risco relacionado às perdas originadas por decisões baseadas principalmente em resultados de modelos, por erros na concepção, aplicação ou utilização destes modelos. A materialização do risco de modelo pode acarretar perdas financeiras, tomadas de decisões comerciais e estratégicas inadequadas ou danos à reputação da Instituição.
- **Risco de Liquidez:** risco associado à capacidade da Instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento.
- **Risco de Modelo de Negócio/Estratégia:** risco de perda ou dano decorrente de mudança das condições gerais do negócio, interpretação inadequada das decisões ou falta de

capacidade de resposta às mudanças no entorno de negócios, sendo que estes podem impactar os interesses de médio e longo prazo dos stakeholders

- **Risco Reputacional:** risco de danos à percepção da Instituição por parte da opinião pública, clientes, investidores ou qualquer parte interessada ou relacionada, que pode se refletir por meio de perdas financeiras e não financeiras, ocasionado pelo impacto na imagem.

Entretanto, o elemento mais relevante do risco reputacional é a influência dos fenômenos de amplificação que podem ser produzidos pelos meios de comunicação, nas redes sociais ou outros sistemas de difusão. Esta amplificação pode multiplicar o impacto reputacional de eventos menores e, inclusive, irreais.

- **Risco Social:** é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum. Exemplo: assédio, trabalho escravo, trabalho infantil etc.
- **Risco Ambiental:** é a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. Exemplo: desmatamento, poluição, desastre ambiental etc.;
- **Risco Climático:** o risco climático é dividido em dois:
 - **Risco Climático Físico:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. Exemplos: seca, inundação, ciclone, geada, alteração permanente na temperatura; e
 - **Risco Climático de Transição:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados. Exemplos: inovação tecnológica, alteração na oferta e demanda, percepção negativa dos clientes, ambas relacionadas à economia de baixo carbono;
- **Risco de Ativos de Crédito Tributário (DTA):** risco decorrente de possível evento ou alteração na legislação vigente, que impossibilite a Instituição de usufruir do benefício do crédito tributário;
- **Risco de Contágio:** definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes dos relacionamentos, contratuais ou societários, com outras organizações;
- **Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização:** riscos assumidos pela Instituição em relação aos compromissos previdenciários assumidos com os funcionários ou outras empresas relacionadas, incluindo o desembolso ou contribuições previdenciárias que a Instituição realize por qualquer natureza. O risco previdenciário inclui os custos associados a quaisquer processos que gerem desequilíbrio atuarial, por iniciativa da Instituição ou não, a depender do produto (plano de contribuição).

Princípios Corporativos da Gestão de Riscos

No Santander Brasil, a atividade de riscos é regida por princípios alinhados com a estratégia e o modelo de negócio do Grupo Santander, considerando as recomendações dos órgãos supervisores, reguladores e as melhores práticas do mercado.

Todos os funcionários devem estar cientes de sua responsabilidade na identificação, gestão e reporte dos riscos, entendendo os riscos gerados por suas atividades diárias e evitando assumi-los quando os impactos são desconhecidos ou excedam o apetite ao risco. A Alta Administração deverá incentivar a gestão e o controle consistentes do risco por meio de sua conduta, ações e comunicações. Ela deverá agir de acordo com todas as leis e regulamentos locais e reportar, de maneira adequada, qualquer descumprimento. Deverá promover e avaliar a cultura de risco regularmente e supervisionar a manutenção de seu perfil de acordo com os níveis definidos pelo apetite ao risco.

As funções de controle de risco devem desempenhar suas atividades de forma independente das funções responsáveis pela gestão de risco e a estrutura organizacional deverá garantir uma separação adequada entre essas funções.

A gestão e o controle de risco devem ser executados exaustivamente em todos os negócios e tipos de risco, incluindo quaisquer impactos que possam surgir. A abordagem dos riscos deve ser prospectiva, considerando tendências no transcorrer de diferentes horizontes temporais e em diversos cenários.

A gestão e o controle dos riscos devem basear-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares. Isto permite que os riscos sejam identificados, avaliados, gerenciados e reportados ao nível apropriado.

Alinhado à regulamentação vigente e as melhores práticas do mercado, o Banco Santander adota uma gestão baseada em linhas de defesa para o controle do Risco, sendo elas:

- **1ª Linha - Gestão do Risco:** Funções de Negócios e Suporte a Negócios que geram riscos e têm uma responsabilidade primária para a gestão destes;
- **2ª Linha - Controle e Supervisão de Risco:** Funções de Controle de Risco, as quais controlam exposições aos riscos, proporcionam supervisão e questionamentos, além de permitirem uma visão holística do risco em todo o negócio;
- **3ª Linha - Avaliação do Risco:** Auditoria interna que proporciona uma revisão independente.

Cada uma das três linhas de defesa possui uma estrutura organizacional separada e um nível de independência, porém elas colaboram entre si, sempre que necessário, garantindo que os objetivos dos negócios sejam alcançados.

A Instituição dispõe de princípios fundamentais, os quais regem o modelo de governança dos riscos. Estes princípios buscam priorizar a independência da função de riscos em relação a área de negócios, abrangência para gestão e controle de riscos, gerenciamento adequado das informações e o contínuo envolvimento da alta direção nas tomadas de decisão.

No que se refere aos objetivos da governança de Riscos, incluem-se:

- Permitir tomadas de decisões eficazes e eficientes sobre os riscos;
- Supervisionar o controle de riscos; e

- Verificar se os riscos são gerenciados de acordo com o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração.

Para alcançar esses objetivos, a estrutura de governança é composta por comitês que atuam de acordo com níveis de alçadas pré-definidos.

Os Comitês de nível da alta administração na Instituição, são:

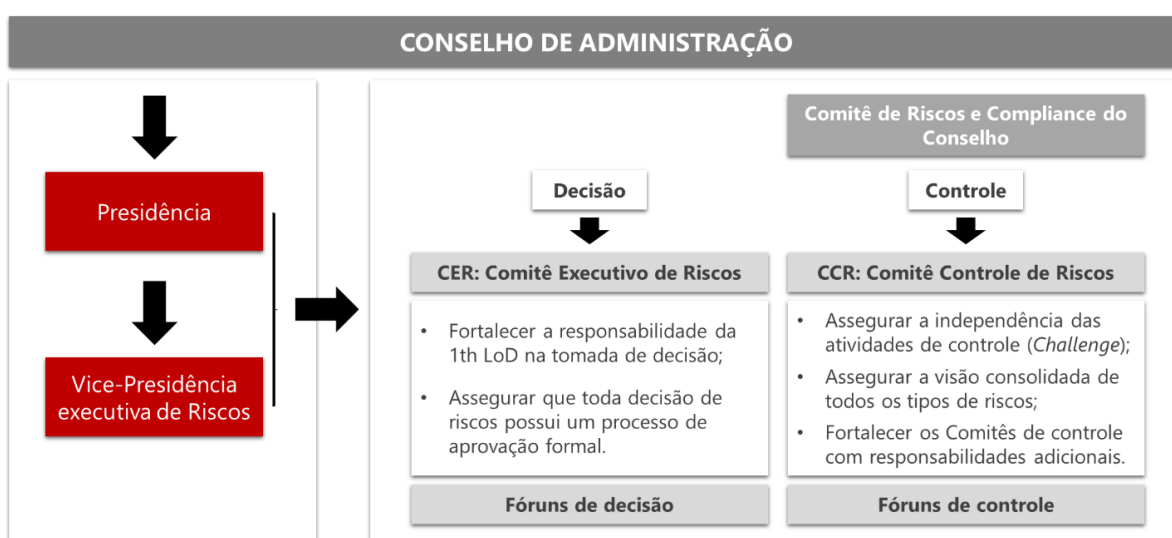
- **CA - Conselho de Administração** é o principal responsável pela gestão e controle de riscos. As principais responsabilidades incluem a aprovação do Apetite ao Risco, do Marco Geral de Riscos e a promoção de uma sólida cultura de risco; e
- **CRC - Comitê de Riscos e Compliance** cuja responsabilidade é auxiliar e aconselhar o CA sobre o Apetite ao Risco e estratégia de risco global, assim como nas decisões dos principais temas inerentes à gestão de riscos.

Já os Comitês no nível Executivo do Banco Santander, são:

- **CER - Comitê Executivo de Riscos** toma decisões de risco e é responsável pela gestão do perfil de risco da empresa dentro do apetite ao risco, sendo o fórum de decisão local com representantes da alta gestão do Banco, entre eles: o CEO, o vice-presidente de riscos e outros membros da comissão executiva;
- **CCR - Comitê de Controle de Riscos** é responsável pelo controle de riscos, determinando se os negócios são gerenciados dentro do Apetite ao Risco e proporcionando uma visão holística de todos os riscos. Isso inclui a identificação e o monitoramento dos riscos atuais e emergentes e seu impacto no perfil de risco, com representantes da gestão da Instituição, entre eles: o vice-presidente de riscos, o vice-presidente de finanças e o CFO.

Os temas relevantes de gestão de riscos, ou aqueles que porventura excedam a alçada destes comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.

Os temas de gestão de riscos são tratados conforme a estrutura de governança representada a seguir:



O modelo de governança está estruturado priorizando uma visão de controle integral de riscos e de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito.

Canais de Disseminação da Cultura de Riscos

A Cultura de Riscos tem por objetivo, não somente reduzir perdas, mas gerar oportunidades a partir da adequada gestão dos riscos inerentes aos negócios. A Cultura está associada aos valores do Banco e conhecimentos dos processos e modelos de gestão, além de um protagonismo na antecipação dos riscos.

Ela se realiza e se dissemina através de um conjunto de normas, atitudes e comportamentos relacionados com a consciência dos riscos assumidos e gerenciados por todos da empresa. Para isto, o Santander Brasil criou uma identidade própria quanto a sua cultura de riscos (financeiros e não financeiros) chamada *Risk Pro*, onde todas as unidades e funcionários do Grupo desenvolvem suas atividades com uma meta comum: “Construir o futuro, através de uma gestão antecipada de todos os riscos e proteger o presente, através de um ambiente robusto de controle.”

Há um arcabouço de canais, ações e ferramentas que são desenvolvidas e utilizadas em prol da disseminação contínua e eficaz da cultura de riscos, são elas:

- A utilização da intranet para a divulgação de boas práticas; *screen saver* com mensagens objetivas sobre gestão de riscos; e publicação de todas as políticas e normativos de riscos;
- Realização da Semana de Riscos, aberta a todos os funcionários do Banco, promovendo interações e atividades voltadas à gestão de riscos, *Compliance* e segurança da informação;
- Processo de certificação de riscos, fomentando o conhecimento e aprofundamento nos temas de riscos para todos os funcionários;
- Disponibilidade de cursos na Academia Santander direcionados à Gestão de Riscos, para todo o Banco e específicos aos profissionais de Riscos;
- Comitês de riscos com a participação da área comercial, entre outras, como mais um canal para aculturação da gestão de risco de crédito.

Além dos canais e ferramentas acima, a Instituição promove um cenário de comunicação efetiva, por meio da transparência e do diálogo aberto em toda a organização. Para isto, o Banco disponibiliza diversos canais de interação, denúncias e sugestões para os funcionários, como: o Canal Aberto, Suspeita de PLD, É Comigo Santander, Fale com *Compliance*, entre outros, os quais ficam disponíveis na *intranet* ou via e-mail, telefone e portal corporativo.

Reporte de Riscos

A Instituição possui processos de avaliação dos riscos que incluem a mensuração por meio de sistemas, modelos e controles robustos. O principal objetivo é atender as exigências e as melhores práticas do mercado, assim como as regulamentações aplicáveis e vigentes.

Para monitorar a eficácia do gerenciamento de riscos na Instituição, os principais informes e indicadores destacados abaixo são apresentados em fóruns da alta gestão de riscos que contam com a participação de membros de alta administração.

Apetite ao Risco

O Apetite de Risco é uma ferramenta que expressa a avaliação da exposição da Instituição aos principais riscos em uma determinada data por meio da Declaração de Apetite ao Risco, que é

denominada de *Risk Appetite Statement* (RAS), considerando os mecanismos de gestão e controle que mitigam os riscos tanto no momento atual como nas expectativas futuras (condições normais e estressadas). A área responsável pelo controle do Apetite ao Risco realiza os seguintes reportes:

- Acompanhamento mensal das métricas e limites estabelecidos para cada tipo de risco, ressaltando as principais movimentações das métricas, a adequação do perfil de risco e os excessos ou incumprimentos do Apetite ao Risco. Tal acompanhamento é apresentado no mínimo trimestralmente nos comitês: Comitê de Controle de Riscos (CCR), ao Comitê de Riscos e Compliance (CRC) e ao Conselho de Administração (CA). Além disso, planos de ação são definidos e monitorados sempre que ocorra algum excesso de limite ou alerta;
- Comunicação dos excessos das métricas do Apetite ao Risco à alta administração: CRO, CFO, CEO e CRC;
- Elaboração da proposta da RAS (*Risk Appetite Statement* ou Declaração do Apetite ao Risco) com aprovação anual, ou quando houver alterações significativas no modelo de negócios, estratégia, estrutura, ambiente de negócios ou regulações.

Avaliação do Perfil de Riscos (RPA)

A avaliação de perfil de risco é realizada com base em métricas de performance, questionários qualitativos e exercício de risco estratégico. A área responsável pelo controle do RPA realiza os seguintes reportes:

- Apresentação semestral dos resultados do exercício do perfil de riscos, os potenciais riscos que podem afetar o plano de negócios e principais ofensores por tipo de riscos consolidados no RPA para o Comitê de Controle de Riscos (CCR);
- Apresentação dos resultados do RPA como parte integrante do exercício regulatório do ICAAP ao Comitê de Riscos e Compliance (CRC) e ao Conselho de Administração (CA).

Informe Mensal de Riscos (IMR) / Painel de Riscos

Demonstra o desempenho das principais métricas de cada tipo de risco em uma visão consolidada à Alta Administração. Adicionalmente, existem frentes que contribuem no monitoramento da eficácia do gerenciamento de riscos.

A partir de instrumentos definidos, mensalmente são realizadas pela área de Controle e Performance de Riscos ações para gerenciamento dos Riscos Operacionais cabíveis à função de primeira linha de defesa dentro da VPE de Riscos. Tais atividades incluem o acompanhamento dos valores orçados para perdas e respectivo *forecast*, gestão e governança das recomendações de auditorias, a garantia de aderência em treinamento e formação dos participantes das áreas de Riscos, o monitoramento e manutenção das avaliações de riscos e controles internos, o acompanhamento e reporte dos eventos de riscos operacionais, bem como a identificação de causa-raiz e seus impactos, análise de cenários críticos que possam gerar grandes impactos a Instituição e garantia da implantação de planos de ação para mitigação de todos os riscos que apresentem desvios.

Adicionalmente, junto às diretorias de Riscos, são acompanhadas pela área de Controle e Performance de Riscos, todas as recomendações apontadas pela Auditoria Interna. Com o objetivo de garantir a

tempestiva implantação dos planos de ação e proporcionar a governança do tema, mensalmente é realizado um fórum para apresentação à Vice-Presidência.

A área de Riscos de Modelos é responsável por identificar e gerir os riscos de modelos, agregando valor em todo o ciclo de vida (desde o planejamento, desenvolvimento, implantação, monitoramento, validação e aprovação) e buscando sempre a eficiência e melhor desempenho. Os departamentos de Validação Interna compõem esta estrutura como 2ª linha de defesa, com o papel de fornecer uma opinião qualificada e independente para avaliar a eficácia dos modelos e metodologias, incrementando a mitigação dos seus correspondentes riscos.

Todos os procedimentos, controles e relatórios descritos em relação a todos tipos de riscos são apresentados nos comitês correspondentes, sustentando a eficácia da gestão.

Teste de Estresse

Em conformidade à Resolução N° 4.557 do Banco Central do Brasil (que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações), faz-se necessária, por parte dos bancos, a estruturação de um programa de testes de estresse bem definido, que permita a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos.

Assim, em atendimento à regulação e em consonância ao compromisso do Santander Brasil de zelar por sua visão de longo prazo e por uma gestão de riscos que permita tornar a organização mais resiliente e capaz de atravessar diferentes cenários, inclusive os mais excepcionais, foi estruturada no Banco a Superintendência de Stress Test, como forma de garantir a consistência da estimativa dos principais exercícios de estresse da Instituição.

Os exercícios conduzidos abrangem todo o conglomerado prudencial da Instituição e partem da construção de cenários de estresse macroeconômicos, por parte da equipe econômica do Banco. Consideram cenários sistêmicos, de crises severas e com origens tanto globais quanto locais, bem como mudança de padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono.

Os cenários definidos são incorporados a um arcabouço metodológico robusto que envolve o uso de modelos estatísticos de PPNR (*Pre Provision Net Revenues*) - para a definição dos choques das principais linhas de resultados - e modelos de parâmetros de riscos para a projeção da provisão estressada, integrando as diversas fontes de riscos às quais o Banco está exposto, a fim de sensibilizar balanço, demonstrações de resultado e capital regulatório no planejamento estratégico da Instituição.

Os exercícios de estresse, além de atenderem aos requerimentos do Banco Central do Brasil, são também utilizados para fins de gestão, dado que a Instituição adota métricas de apetite ao risco para monitoramento da volatilidade de perdas a qual está disposta a se expor, e a garantia da solvência do Santander Brasil mesmo em cenários adversos.

Assim, o exercício de estresse torna-se parte importante do encadeamento dos exercícios gerenciais e estratégicos do Banco, uma vez que parte importante do exercício do planejamento estratégico e de orçamento de resultado e capital da Instituição envolve à adequação do perfil de risco projetado pelo planejamento aos limites e às restrições do RAS vigente.

Mitigação de Riscos

O Conjunto de Ferramentas de Gestão de Risco do Santander Brasil inclui uma série de processos chave e ferramentas concebidas para auxiliar no planejamento, identificação, avaliação, tomada de decisões e execução, monitoramento, mitigação e *reporting* de riscos.

Esse conjunto de ferramentas é formado por processos, exercícios e planos previstos nas devidas políticas e modelos operacionais do Grupo Santander Brasil:

- Declaração de Apetite ao Risco;
- Plano estratégico, plano de três anos e orçamento;
- Planos de Capital e Liquidez;
- Continuidade do negócio e planos de contingência;
- Plano de Recuperação;
- Planos Estratégicos Comerciais;
- Processos para a identificação e a avaliação dos riscos;
- Modelos de risco, padrões de desenvolvimento e validação;
- Testes de estresse e análise de cenário;
- *Reporting*;
- Governança de riscos (marcos, estruturas de comitês, políticas).

Os itens citados anteriormente são utilizados de forma a facilitar os seguintes processos para a gestão e controle de risco:

- **Planejamento:** Trata-se do processo de definição dos objetivos de negócio. Este deveria incluir a articulação entre os tipos e níveis de risco a que negócio está disposto e é capaz de aceitar para alcançar esses objetivos;
- **Identificação:** A identificação do risco é um componente fundamental para a sua gestão e controle eficaz. Todos os funcionários são responsáveis pela identificação dos riscos em suas áreas;
- **Avaliação:** Uma vez identificados, os riscos deverão ser avaliados, determinando a probabilidade, impacto e materialidade dos riscos sob diferentes cenários (base e estressados);
- **Tomada de Decisões e Execução:** As decisões são necessárias para gerenciar o perfil de risco dos negócios dentro dos limites acordados na fase de planejamento e para garantir que os objetivos do negócio sejam alcançados. As decisões de estratégia são também necessárias para a gestão dos riscos materiais e emergentes;
- **Monitoramento da performance vs Plano:** Uma atividade essencial é monitorar o desempenho do negócio regularmente e compará-lo com os planos acordados. As avaliações deverão comparar o desempenho do negócio com todos os planos e limites de risco apropriados;

- **Planos de Ações dos desvios:** Se o monitoramento demonstrar que o desempenho sofreu ou provavelmente sofrerá um desvio, fora dos intervalos ou gatilhos definidos, deve-se considerar uma ação de mitigação para que o desempenho retorne ou fique em níveis aceitáveis;
- **Reporting:** O processo de reportar os riscos inclui a elaboração e a apresentação de informações precisas e relevantes sobre a gestão, as quais devem dar um suporte eficaz ao planejamento, identificação, avaliação, tomada de decisões e execução, monitoramento e mitigação de riscos.

Plano de Recuperação

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução Nº 4.502, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento 1 (S1), como o Santander Brasil. Este documento tem como objetivo restabelecer níveis adequados de solidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática e tem periodicidade anual de revisão com o Regulador.

O Plano de Recuperação compõe o conjunto de mecanismos estruturais estabelecidos para medir, gerenciar e monitorar os riscos da Instituição. Nesse sentido, o Plano de Recuperação é integrado, entre outras ferramentas, à Declaração de Apetite a Riscos, *Risk Profile Assessment* (RPA) e Processos Internos de Avaliação de Adequação de Capital (ICAAP).

O Plano de Recuperação está integrado ao processo de gerenciamento de riscos do Santander. Ademais, tem definido um diretor responsável pela condução da normalização do cenário de crise severa, juntamente ao Presidente, ao Conselho de Executivos e ao Conselho de Administração.

Gerenciamento de Capital

A gestão do capital engloba os níveis regulatório e econômico (gerencial) de capital. O objetivo é alcançar uma estrutura eficiente em termos de custo de capital, cumprindo os requerimentos do órgão regulador, contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de *rating*, as expectativas dos investidores e suportando os negócios no monitoramento de consumo de RWA e de métricas de rentabilidade sobre capital, que permitem avaliar a performance de cada segmento, e a utilização destas métricas na precificação de novas operações.

Do ponto de vista econômico, o grupo utiliza um modelo interno de mensuração do capital com o objetivo de avaliar se seus recursos próprios são suficientes para suportar todos os riscos da atividade, em diferentes cenários econômicos, respeitando os níveis de solvência definidos pelo Grupo. Isso inclui elementos não capturados pelo capital regulatório, como a concentração das carteiras e a diversificação entre riscos, negócios e áreas geográficas.

Além disso, busca-se maximizar a “criação de valor” em cada segmento de negócio e no Banco como um todo. Para este fim, a gestão de capital utiliza o RORAC (retorno sobre o capital ajustado ao risco) para fazer uma análise detalhada da criação de valor de cada segmento e suas subdivisões.

Para gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial projetar e analisar futuras necessidades, antecipando as várias fases do ciclo de negócio. Simulações de capital regulatório e econômico são feitas com base em projeções financeiras e em cenários macroeconômicos elaborados pelo

departamento de pesquisa econômica. Essas simulações são utilizadas pelo Banco como referência para adequar os planos de ação necessários para atingir os objetivos de risco e rentabilidade definidos.

Para que o arcabouço de integração na gestão de capital funcione adequadamente, é essencial o desenvolvimento de metodologias e modelos que consigam discriminar diferentes níveis de risco. Neste âmbito, o Santander Brasil investe na implantação de plataformas tecnológicas e na manutenção de equipes formadas por profissionais qualificados de diferentes áreas para participar da especificação e do desenvolvimento dos modelos de risco e capital, que são insumos primordiais para gestão de capital.

Tais investimentos reafirmam o compromisso do Banco com a melhoria de seus modelos usados na gestão. Desta forma, as estimativas internas do capital são usadas não somente para garantir a solvência em face das ocorrências causadas por diferentes tipos de risco, como também para gerir e comparar os negócios. Neste processo, há pleno envolvimento da Alta Administração através de Comitês, nos quais informa-se regularmente os avanços dos projetos e as implicações de suas implantações.

OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

Em R\$ milhões	RWA		Requerimento mínimo de PR
	dez-22	set-22	dez-22
Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	559.473	554.105	44.758
Risco de crédito em sentido estrito	511.908	499.405	40.953
Risco de crédito de contraparte (CCR)	17.793	17.235	1.423
Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	14.035	13.736	1.123
Do qual: mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
Do qual: mediante demais abordagens	3.758	3.499	301
Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	6.436	7.609	515
Cotas de fundos não consolidados – ativos subjacentes identificados	1.697	1.405	136
Cotas de fundos não consolidados – ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	613	27	49
Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	6	10	-
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo de PR	21.020	28.414	1.682
Risco de mercado¹	19.332	23.284	1.547
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	24.165	29.105	1.933
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)	15.230	17.810	1.218
Risco operacional	60.073	60.073	4.806
Total	638.878	637.462	51.110

¹ Máximo entre 80% do modelo padronizado (RWAMPAD) e modelo interno (RWAMINT).

O RWA total se manteve praticamente estável no trimestre, com um pequeno aumento no RWA de crédito sendo compensado por uma queda no RWA de mercado.

Comparação entre Informações Contábeis e Prudenciais

Neste item, serão abordadas as diferenças entre os valores contábeis reportados nas demonstrações financeiras e as exposições sujeitas a tratamento regulatório prudencial.

LIA: Informação das Diferenças entre os Valores Contábeis e as Exposições Consideradas para Regulamentação Prudencial

A principal diferença entre os valores contábeis e as exposições consideradas para a regulamentação prudencial é a não inclusão no Consolidado Prudencial de empresas não financeiras, dentre as quais destacam-se as empresas de serviços e as seguradoras, o que impacta tanto os ativos que são consolidados quanto os que são eliminados por se tratar de ativos *intercompany*.

Com base na Resolução N° 4.277 de 31 de outubro de 2013 os ajustes de apuração financeiro são considerados e calculados para consideração dos custos de liquidação de posições, *spreads* de crédito, custos de aplicação e captação de recursos, risco de pagamento antecipado, custos administrativos futuros, riscos operacionais, riscos de modelo e risco de concentração. A metodologia de apuração é realizada pela área de riscos de mercado, buscando as informações disponíveis de preços, dados de mercado e liquidez relevantes. As metodologias, procedimentos, controles e políticas dos ajustes prudenciais seguem os princípios estabelecidos pelo BACEN. Todas as metodologias e procedimentos também são aprovados e recorrentemente revisados pelas áreas de validação, e sujeitos à verificação recorrente por auditoria interna e externa. O perímetro sujeito à análise da aplicação dos ajustes prudenciais compreende o conglomerado prudencial.

Sempre que disponível a mensuração do valor justo é feita considerando preços e dados de mercados relevantes. Na ausência destes dados, são utilizadas modelos para estimar com o melhor grau de precisão possível o preço e ajustes prudenciais justos. Os ajustes prudenciais são acompanhados e suas variações detalhadas em termos de variação do perfil da carteira, mudanças no cenário econômico ou mudanças no comportamento do mercado para determinado produto ou fator de risco.

O processo de verificação independente de preços (IPV) é realizado por equipe independente da equipe de apuração, também observando os preços e dados de mercado relevantes, e também é determinado por metodologias e procedimentos aprovados e sujeitos à verificação pelas áreas de validação e auditoria interna e externa.

O processo de IPV contrasta a marcação da equipe de apuração contra os dados disponíveis para observar possíveis discrepâncias ou potenciais marcações incorretas nos instrumentos financeiros. Este procedimento ocorre tanto recorrentemente para os produtos já existentes como também é um item analisado no fluxo de admissão e implementação de novos produtos.

O valor reportado em outras diferenças da tabela LI2 equivale às exposições de risco de crédito e risco de crédito de contraparte não contabilizadas no balanço nem em contas de compensação.

LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco

Em R\$ milhões

dez-22

	Valores reportados nas demonstrações financeiras	Valores considerados na regulamentação prudencial	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria					Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR
			Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado		
Ativos								
Caixa e equivalentes a caixa	14.420	14.575	14.575	-	-	14.575	-	
Instrumentos financeiros	906.281	827.815	735.292	69.677	23	107.867	18.337	
Operações de arrendamento mercantil	2.921	5.405	5.405	-	-	-	-	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(34.453)	(35.872)	(35.872)	-	-	-	-	
Crédito tributário	49.249	40.813	28.407	-	-	-	12.406	
Outros Ativos	95.746	204.123	107.144	-	-	96.735	244	
Investimentos em participações em coligadas e controladas	947	10.759	10.759	-	-	-	-	
Imobilizado de uso	6.115	6.411	6.411	-	-	-	-	
Intangível	7.292	7.950	-	-	-	-	7.950	
Total de ativos	1.048.518	1.081.979	872.121	69.677	23	219.177	38.937	
Passivos								
Depósitos e demais instrumentos financeiros	878.363	803.118	-	71.251	-	76.319	655.548	
Provisões	79.418	178.226	-	-	-	-	178.226	
Obrigações fiscais diferidas	7.323	5.969	-	-	-	-	5.969	
Total de passivos	965.103	987.313	-	71.251	-	76.319	839.743	

LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições

Em R\$ milhões

dez-22

	Total	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria			
		Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado
Total de ativos considerados na regulamentação prudencial	1.043.042	872.121	69.677	23	219.177
Total de passivos considerados na regulamentação prudencial	147.570	-	71.251	-	76.319
Valor líquido considerado na regulamentação prudencial	895.472	872.121	(1.574)	23	142.858
Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	201.171	201.171	-	-	-
Diferenças no apreamento de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
Outras diferenças	99.304	11.779	87.525	-	-
Exposições consideradas para fins prudenciais	1.195.947	1.085.071	85.951	23	142.858

As exposições não contábeis estão classificadas na linha de outras diferenças.

Em R\$ milhões dez-22

dez-22

Instituições relevantes

Em R\$ milhões			dez-22	
Empresas relevantes:				
Instituições que compõe apenas o Consolidado	Publicação	Natureza da Atividade	Ativo	Patrimônio Líquido
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.		Outras Atividades	12.974	6.025
Santander Capitalização S.A.		Capitalização	6.360	424
Esfera Fidelidade S.A.		Outras Atividades	2.988	1.332
Evidence Previdência S.A.		Previdência	2.754	769
Sancap Investimentos e Participações S.A.		Holding	1.338	1.336
Santander Tecnologia e Inovação Ltda.		Tecnologia	875	338

Composição do Capital

CCA: Principais Características dos Instrumentos que Compõem o Patrimônio de Referência (PR)

A tabela CCA - Principais Características dos Instrumentos que Compõem o Patrimônio de Referência (PR), está disponível em: <<https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>>.

CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)

Em R\$ mil		dez-22
	Valor	Referência no balanço do conglomerado
Capital Principal: instrumentos e reservas		
Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	55.000.000	e
Reservas de lucros	31.842.018	g
Outras receitas e outras reservas	(4.370.775)	f + h
Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	4.776.078	j
Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	87.247.321	
Capital Principal: ajustes prudenciais		
Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	130.408	
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	1.265.337	c
Ativos intangíveis	6.684.339	c
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	5.539.421	a
Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	117.705	h
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	244.101	
Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	1.219.316	i
Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	-	
Valor total das participações não significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
Valor total das participações significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	b
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas.	2.817.712	a + d
Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado do qual: oriundo de participações significativas no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras que não sejam consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	
Ajustes regulatórios nacionais	-	
Ativos permanentes diferidos	-	
Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	
Aumento de capital social não autorizado	-	
Excedente do valor ajustado de Capital Principal	-	
Depósito para suprir deficiência de capital	-	
Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	
Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	-	
Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-	
Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	-	
Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	18.018.339	
Capital Principal	69.228.982	
Capital Complementar: instrumentos		
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar		
dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	
dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	6.591.740	
Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	122.942	
Capital Complementar antes das deduções regulatórias	6.714.682	

Capital Complementar: deduções regulatórias

Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-
Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	-
Valor total dos investimentos não significativos no Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior não consolidadas que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-
Valor total dos investimentos significativos no Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
Ajustes regulatórios nacionais	-
Participação de não controladores no Capital Complementar	-
Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-
Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	-
Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-
Capital Complementar	6.714.682
Nível I	75.943.664
Nível II: instrumentos	
Instrumentos elegíveis ao Nível II	12.945.879
Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	163.922
Nível II antes das deduções regulatórias	13.109.801
Nível II: deduções regulatórias	
Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-
Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	-
Valor total dos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em outros passivos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior não consolidadas, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-
Valor total dos investimentos significativos em instrumentos de Nível II e em outros passivos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-
Ajustes regulatórios nacionais	-
Participação de não controladores no Nível II	-
Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-
Total de deduções regulatórias ao Nível II	-
Nível II	13.109.801
Patrimônio de Referência	89.053.465
Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	638.878.390
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	
Índice de Capital Principal (ICP)	10,8%
Índice de Nível I (IN1)	11,9%
Índice de Basileia (IB)	13,9%
Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	3,5%
do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação	2,5%
do qual: adicional contracíclico - ACPContracíclico	0,0%
do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,0%
Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	2,4%
Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco	
Valor total das participações não significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-
Valor total das participações significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	1.203.326
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	11.253.776

CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

Em R\$ milhões		dez-22	
	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado
Ativos			
Caixa e equivalentes a caixa	14.420	14.575	
Instrumentos financeiros	906.281	827.815	
Operações de arrendamento mercantil	2.921	5.405	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de	(34.453)	(35.872)	
Créditos tributários	49.249	40.813	a
Outros Ativos	95.746	204.123	
Investimentos em participações em coligadas e controladas	947	10.759	b
Imobilizado de uso	6.115	6.411	
Intangível	7.292	7.950	c
Total de ativos	1.048.518	1.081.979	
Passivos			
Depósitos e demais instrumentos financeiros	878.363	803.118	
Provisões	79.418	178.226	
Obrigações fiscais diferidas	7.323	5.969	d
Total de passivos	965.103	987.313	
Patrimônio líquido			
Capital social realizado	55.000	55.000	e
Reservas de Capital	445	445	f
Reservas de Lucros	32.025	32.254	g
Outros resultados abrangentes	(4.189)	(4.268)	h
Ações em Tesouraria	(1.219)	(1.219)	i
Participação dos minoritários das controladas	1.353	12.453	j
Patrimônio líquido total	83.415	94.665	

Indicadores Macropрудenciais**GSIB1: Caracterização de Instituição Financeira Sistemicamente Importante em Âmbito Global (G-SIBs)**

A tabela GSIB1 deve ser divulgada apenas pelas instituições sujeitas à apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global (IAISG), da qual trata a Circular Nº 3.751, de 19 de março de 2015. O Banco Santander Brasil não está sujeito à apuração destas informações.

CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP Contracíclico

Em R\$ milhões				dez-22	
Jurisdição	ACCPi	Valores de exposição e $RWA_{CP/NB}$ considerados no cálculo do ACP _{Contracíclico}		Adicional contracíclico aplicável à instituição	Valor do ACP Contracíclico
		Montante da exposição ao risco de crédito ao setor privado não bancário	$RWA_{CP/NB}$		
BR - Brasil	0%	3.103.786	524.773		-
Demais países	0%	621.479	1.772		-
Subtotal		621.479	1.772		
Total		3.725.266	526.545	-	-

O Santander Brasil possui exposição no exterior com 17 países que não apresentam Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACCPi) em dezembro/22.

Razão de Alavancagem (RA)

Em outubro de 2015 entrou em vigor a Circular N° 3.748 que trata sobre a Razão de Alavancagem (RA), a qual avalia a razão entre o Capital Nível I e a Exposição Total, considerando-se a parcela *off-balance* (limites, avais, fianças e derivativos). Nas sessões seguintes são apresentadas o resumo comparativo entre as Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem.

LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)

Em R\$ milhões	dez-22
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1.048.518
Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	33.460
Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas	1.081.978
Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos	14.646
Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos	55.061
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial	71.197
Outros ajustes	(157.140)
Exposição Total	1.065.742

LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem

Em R\$ milhões	dez-22	set-22
Itens contabilizados no balanço patrimonial		
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	872.201	849.132
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(20.600)	(18.165)
Total das exposições contabilizadas no balanço patrimonial	851.601	830.967
Operações com instrumentos financeiros derivativos		
Valor de reposição em operações com derivativos	30.041	32.695
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	14.646	16.913
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
Ajuste relativo à dedução da exposição relativa a contraparte central qualificada (QCCP) nas operações de derivativos em nome de clientes nas quais não há obrigatoriedade contratual de reembolso em decorrência de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pela liquidação e compensação das transações	(13.849)	(16.434)
Valor de referência dos derivativos de crédito	-	-
Ajuste no valor de referência dos derivativos de crédito	-	-
Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	30.838	33.174
Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)		
Aplicações em operações compromissadas e em empréstimo de TVM	57.044	61.868
Ajuste relativo a recompras a liquidar e a TVM cedidos por empréstimo	-	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte (CCR)	55.061	63.364
Valor relativo ao CCR em operações de intermediação	-	-
Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de TVM	112.105	125.233
Itens não contabilizados no balanço patrimonial		
Valor de referência das operações não contabilizadas no balanço patrimonial	204.890	200.339
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no balanço patrimonial	(133.693)	(130.996)
Total das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	71.197	69.342
Capital e Exposição Total		
Nível I	75.944	79.069
Exposição Total	1.065.742	1.058.717
Razão de Alavancagem (RA)		
Razão de Alavancagem (%)	7,1%	7,5%

Indicadores de Liquidez

LIQA: Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à capacidade da Instituição financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Neste sentido, é definido como a possibilidade de a Instituição não cumprir com as obrigações de pagamento no prazo ou de realizá-lo com um custo excessivo. Entre as tipologias das perdas ocasionadas por esse risco, encontram-se as perdas por vendas forçadas de ativos ou impactos na margem pelo descasamento entre as previsões de saídas e entradas de caixa.

Em resumo, o gerenciamento e controle do Risco de Liquidez visam mitigar problemas de solvência nos diferentes horizontes temporais, possibilitando a liquidação dos compromissos já assumidos e a renovação dos mesmos, garantindo a estabilidade do plano de negócio da Instituição.

A governança de Riscos de Liquidez do Banco Santander Brasil envolve diversas camadas da Instituição. Entre as principais, estão: o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), a área de Gestão Financeira e a área de Riscos.

O comitê de ativos e passivos (ALCO) monitora os indicadores de liquidez, aprova os respectivos limites, define e avalia as estratégias relacionadas a liquidez do Banco. A área de Gestão Financeira atua como primeira linha de defesa, responsável pela gestão da liquidez, por meio do planejamento das necessidades de recursos, estruturação das fontes de financiamento, melhoria da diversificação dos prazos e instrumentos e elaboração do Plano de Contingência.

A área de Riscos, independente e em estrutura apartada da área de Gestão Financeira, atua como segunda linha de defesa. Neste sentido, define a metodologia e as hipóteses para mensuração do Risco de Liquidez, estabelece métricas e monitora os limites alinhados ao Apetite ao Risco da Instituição, informando a situação de liquidez do Banco à Alta Administração e as demais áreas envolvidas.

Atuando de forma independente das áreas de negócio, a área de controle de Risco de Liquidez, faz uso das métricas de curto (LCR) e longo prazo (NSFR), métricas em situações de estresse e outras métricas complementares para a adequada gestão do risco de liquidez, que são capazes de mensurar o nível de liquidez seguro para que o Banco honre de forma confortável suas obrigações com o mercado e acionistas. Todas as métricas e atividades são passíveis de validações de modelos, controles e auditoria para garantir a consistência e imparcialidade das informações geradas.

Para auxiliar a gestão, alguns índices de liquidez são mensalmente calculados como índices de concentração de contrapartes e por segmentos.

Além dos indicadores, o Santander Brasil está em conformidade com as exigências do Banco Central, por meio da Resolução N° 4.557, que trata da estrutura e gestão de risco e capital estabelecendo uma estrutura de gerenciamento de liquidez que atende a:

- Políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de liquidez claramente documentadas, que estabeleçam limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela Administração da instituição;

- Processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia;
- Políticas e estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Plano de Contingência de Liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez e que aborde diferentes cenários com potencial impacto adverso sobre a liquidez do Banco, oriundos de eventos sistêmicos ou de imagem;
- As políticas e as estratégias para o gerenciamento do risco de liquidez, bem como o Plano de Contingência, são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pela diretoria da Instituição e conselho de administração.

A gestão eficaz da liquidez exige uma análise de cenários financeiros, nos quais são avaliadas situações adversas. Para avaliar estes comportamentos, a Instituição faz uso do modelo de Teste de Estresse, o qual objetiva estudar impactos na estrutura do Banco em diferentes perspectivas. Então, procura-se antecipar as soluções ou mesmo evitar posições que prejudiquem a liquidez nestes cenários.

Os cenários são definidos a partir da análise do comportamento do mercado durante crises anteriores, bem como estimativas futuras. São elaborados quatro cenários de crises, com intensidades distintas.

A partir da análise dos modelos de estresse definiu-se o conceito de liquidez mínima, que é aquela suficiente para suportar as perdas de liquidez para um determinado horizonte de dias, em todos os cenários de crises simuladas.

Com base nos resultados obtidos no Teste de Estresse, a Instituição busca meios de evitar posições que possam divergir de seu modelo de negócio e, adicionalmente, o utiliza para elaboração de seu Plano de Contingência e de Recuperação, que se constitui em um conjunto formal de ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez, além de outros indicadores que suportam decisões da alta direção.

Principais funções do Plano de Contingência de Liquidez:

- Identificação de Crise: a elaboração do Plano de Contingência de Liquidez requer a prévia definição de um parâmetro mensurável que defina a condição e estrutura de liquidez do Banco. Esse parâmetro é o Limite Mínimo de Liquidez definido no Teste de Estresse. A violação desse limite caracteriza um ambiente de crise de liquidez e, consequentemente, aciona o Plano de Contingência;
- Comunicação Interna: após identificada a crise, é necessário estabelecer uma clara comunicação capaz de mitigar os problemas originados. As pessoas envolvidas na execução das ações de contingência devem ser avisadas tanto do grau quanto das medidas a serem tomadas;
- Ações Corretivas: são as ações que efetivamente serão capazes de gerar recursos para solucionar ou mitigar os efeitos da crise:
 - Avaliar o tipo e a gravidade da crise;
 - Identificar qual o segmento mais impactado;

- Acionar as medidas que gerem recursos, levando-se em conta o valor necessário e o custo do recurso adicional, quer seja custo financeiro ou custo de imagem. Semestralmente, o *Asset and Liability Committee* - ALCO faz a revisão e aprovação dos modelos de estresse, da Liquidez Mínima e do Plano de Contingência.

Como métricas de curto prazo, o Banco utiliza em sua gestão de risco de liquidez o "*Liquidity Coverage Ratio*" (LCR). O LCR é um índice de liquidez de curto prazo para um cenário de estresse de 30 dias, resultado da divisão de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) pelas saídas líquidas de caixa em 30 dias.

O total de *High Quality Liquidity Assets* - HQLA (Ativos Líquidos) é composto principalmente por títulos públicos federais brasileiros e retornos de compulsório. As saídas líquidas são compostas majoritariamente por perdas de depósitos, compensadas em parte pelas entradas, principalmente créditos.

A métrica de longo prazo aplicada para a gestão de risco de liquidez é o NSFR (*Net Stable Funding Ratio*), métrica desenvolvida pelo BIS e adaptada pelo regulador local, que visa, por meio de percentuais determinados, verificar se o Banco possui fonte de financiamento estável para sustentar seus ativos. Esta métrica possui ponderações diferentes por prazo e é calculada mensalmente e reportada ao Banco Central do Brasil e ao regulador externo.

LIQ1: Indicador de liquidez de curto prazo (LCR)

O Santander Brasil possui uma média de LCR no trimestre de 137,5%, com uma diminuição em relação à média do trimestre anterior. A tabela demonstra um total de R\$145,0 bilhões de ativos líquidos (HQLA), montante confortável para suprir o total das saídas de caixa em um período de estresse superior aos 30 dias propostos pela métrica.

	dez-22		set-22	
	Valores não ponderados (R\$ mil)	Valores ponderados (R\$ mil)	Valores não ponderados (R\$ mil)	Valores ponderados (R\$ mil)
Ativos de Alta Liquidez (HQLA)				
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		145.015.106		147.432.110
Saídas de Caixa				
Captações de varejo, das quais:	203.399.725	19.473.090	201.620.846	19.420.619
Captações estáveis	115.046.124	5.752.306	114.151.576	5.707.579
Captações menos estáveis	88.353.601	13.720.784	87.469.270	13.713.040
Captações de atacado não colateralizadas, das quais:	233.476.129	95.468.052	227.400.912	92.815.523
Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	9.100.355	2.971.979	8.922.343	2.924.832
Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)	223.193.009	91.313.309	216.898.443	88.310.565
Obrigações não colateralizadas	1.182.764	1.182.764	1.580.125	1.580.125
Captações de atacado colateralizadas		14.707.155		12.040.939
Requerimentos adicionais, dos quais:	91.477.263	17.109.834	90.955.075	17.518.155
Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	12.204.068	12.204.068	12.935.794	12.935.794
Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	-	-	-	-
Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	79.273.195	4.905.766	78.019.281	4.582.361
Outras obrigações contratuais	37.929.030	37.929.030	35.867.156	35.867.156
Outras obrigações contingentes	5.232.665	5.093.432	5.385.651	5.246.966
Total de saídas de caixa		189.780.593		182.909.357
Entradas de caixa				
Empréstimos colateralizados	68.408.378	-	61.272.356	-
Operações em aberto, integralmente adimplentes	61.150.213	50.263.012	56.069.179	44.120.471
Outras entradas de caixa	34.830.509	34.028.436	44.905.890	43.163.545
Total de entradas de caixa	164.389.101	84.291.448	162.247.425	87.284.015
Valor total ajustado		Valor Total Ajustado (R\$ mil)		Valor Total Ajustado (R\$ mil)
Total HQLA		145.015.106		147.432.110
Total de saídas líquidas de caixa		105.489.145		95.625.342
LCR (%)		137,5%		154,2%

O total de observações ocorridas no quarto trimestre de 2022 foi de 62, 20 em outubro, 20 em novembro e 22 em dezembro. No trimestre anterior, foram 65 observações, sendo 21 em julho, 23 em agosto e 21 em setembro.

LIQ2: Indicador de liquidez de longo prazo (NSFR)

A tabela do indicador de liquidez de longo prazo (NSFR) apresenta um volume de recursos estáveis disponíveis (ASF) de R\$529,7 bilhões, compostos principalmente pelo Capital do banco e captações de clientes de diversos segmentos, e um total de R\$488,9 bilhões de recursos estáveis requeridos (RSF), majoritariamente constituído por empréstimos e financiamentos. A relação entre os recursos estáveis disponíveis e requeridos resulta em um indicador final de 108,3%, demonstrando alta suficiência da instituição para financiamento de suas operações à longo prazo.

dez-22

	Valor por prazo efetivo de vencimento residual, antes da ponderação (R\$ mil)				Valor após ponderação (R\$ mil)
	Sem Vencimento	Menor do que seis meses	Maior ou igual a seis meses e menor do que um ano		
			Maior ou igual a seis meses e menor do que um ano	Maior ou igual a um ano	
Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)					
Capital	106.698.164	-	-	-	106.698.164
Patrimônio de Referência (PR), bruto de deduções regulatórias	106.698.164	-	-	-	106.698.164
Outros instrumentos não incluídos na linha 2	-	-	-	-	-
Captações de varejo, das quais:	64.558.438	154.655.770	2.855.372	7.359.788	213.338.774
Captações estáveis	53.673.411	67.911.747	742.121	208.014	116.418.929
Captações menos estáveis	10.885.027	86.744.023	2.113.251	7.151.774	96.919.845
Captações de atacado, das quais:	28.229.271	392.536.988	33.562.351	51.535.853	200.701.268
Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas	-	4.004.465	-	-	2.002.233
Outras Captações de atacado	28.229.271	388.532.522	33.562.351	51.535.853	198.699.036
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes	-	70.660.498	-	-	-
Outros passivos, dos quais:	-	142.733.064	5.033.886	19.053.221	8.951.786
Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero		6.420.977	1.551.646	11.842.554	
Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido não incluídos nas linhas anteriores	-	136.312.087	3.482.240	7.210.666	8.951.786
Total de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)					529.689.992
Recursos Estáveis Requeridos (RSF)					
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)					5.782.458
Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras	-	-	-	-	-
Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não-financeiras e bancos centrais, dos quais:	-	156.658.791	66.078.013	259.008.704	312.786.266
Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 1	-	-	-	-	-
Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 2A, de Nível 2B ou sem colateral	-	-	-	4.153.566	845.235
Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais:	-	133.234.161	60.203.432	180.142.342	249.857.710
Operações com Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 35%, nos termos da Circular nº 3.644, de 2013	-	-	-	-	-
Financiamentos Imobiliários residenciais, dos quais:	-	115.875	119.493	56.257.023	38.332.012
Operações que atendem ao disposto na Circular nº 3.644, de 2013, art. 22	-	98.910	101.998	48.020.706	31.313.913
Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores	-	23.308.756	5.755.088	18.455.773	23.751.308
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes	-	70.660.498	-	-	-
Outros ativos, dos quais:	61.651.110	101.460.901	878.722	110.794.012	163.770.977
Operações com ouro e com mercadorias (commodities), incluindo aquelas com previsão de liquidação física	202.289				171.946
Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação que se interponham como contraparte central		-	-	22.868.249	19.438.011
Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero		-	-	21.000.518	2.671.713
Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação		-	-	990.759	990.759
Demais ativos não incluídos nas linhas anteriores	61.448.820	101.460.901	878.722	65.934.487	140.498.548
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial		216.924.531	-	-	6.549.471
Total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF)					488.889.173
NSFR (%)					108,3%

Risco de Crédito

CRA: Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito está alinhado com a estratégia e o modelo de negócio do Grupo e considera tanto as melhores práticas de mercado quanto as recomendações dos órgãos supervisores e reguladores. Define estratégias de acordo com o Apetite ao Risco, estabelece limites, realiza a análise de exposições e tendências, assim como a eficácia da política de crédito, garantindo o perfil de risco desejado e a rentabilidade adequada, conforme definido pelo Comitê Executivo (CE) e pelo Conselho de Administração (CA).

A gestão de Riscos de Crédito considera as características do cliente, segregados entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (padronizados):

- A gestão individualizada é realizada por um analista de riscos definido. O fluxo de aprovação é determinado pela Carta de Alçadas do Banco (analista ou Comitê competente). A gestão abrange os clientes dos segmentos: Atacado (Corporate e SCIB), Varejo PJ (Governos, Instituições, Universidades, Agronegócios PF e PJ, Empresas) e PF Sócio Empresário;
- A gestão padronizada é dedicada às pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados, utiliza modelos automatizados na tomada de decisão e avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados.

A classificação de risco aplicada pelo Banco Santander Brasil considera as condições do devedor e seu garantidor, tais como: situação financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de lucros (no caso de Pessoa Jurídica), fluxo de caixa (no caso de Pessoa Jurídica), créditos salários (no caso de Pessoa Física), recursos financeiros, movimentação em conta, administração, governança corporativa e qualidade dos controles internos, histórico de pagamentos, setor de atividade, contingências e limites de crédito do devedor e/ou do garantidor. Também são avaliadas as características da transação, tais como: sua natureza e propósito, tipo, adequação e grau de liquidez do bem dado em garantia, e a quantia total do crédito.

Há uma área responsável pela gestão da carteira inadimplente, com a função de definir, executar e acompanhar as estratégias e performances relacionadas às carteiras de clientes inadimplentes, garantindo máxima eficácia na recuperação de crédito.

Ferramentas estatísticas são aplicadas nas análises do comportamento de clientes, traçando estratégias mais eficientes de recuperação. As atuações dos canais de cobrança são definidas pelo “Mapa de Responsabilidade”, documento que considera o tempo de inadimplência versus o valor de risco, além de outras características para compor a definição de estratégias.

O monitoramento e gerenciamento de risco de crédito é desenvolvido de forma independente das outras funções, proporcionando uma adequada separação entre as áreas geradoras de risco e as responsáveis pelo controle e supervisão. Possui autoridade suficiente e acesso direto aos órgãos de administração e governança que tenham a responsabilidade de estabelecer e supervisionar a estratégia e as políticas de risco de crédito.

CR1: Qualidade creditícia das exposições

Em R\$ milhões	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	dez-22
	Em curso anormal ¹	Em curso normal		Valor líquido
Concessão de crédito	37.655	390.017	34.453	462.125
Títulos de dívida	77	191.302	1.958	193.337
dos quais: títulos soberanos nacionais	-	127.593	-	127.593
dos quais: outros títulos	77	63.709	1.958	65.744
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	200.344	413	200.757
Total	37.732	781.663	36.824	856.219

(1) A partir de 1º de janeiro de 2022, corresponde às exposições caracterizadas como ativos problemáticos, conforme disposto na Resolução nº 4.557 de 2017.

CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

Em R\$ milhões	dez-22
Valor das operações em curso anormal em 30/06/2022	30.843
Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	22.491
Valor das operações reclassificadas para curso normal	(8.302)
Valor da baixa contábil por prejuízo	(5.677)
Outros ajustes	(1.623)
Valor das operações em curso anormal em 31/12/2022	37.732

CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

As tabelas a seguir contém informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1.

Exposições por região geográfica e prazo remanescente de vencimento

Em R\$ milhões					dez-22
	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total (Líquido)
Sudeste	142.693	45.504	207.742	154.824	550.762
Sul	23.839	9.373	29.894	24.091	87.197
Centro Oeste	9.189	4.419	16.078	14.773	44.459
Norte	3.753	1.770	8.156	6.336	20.014
Nordeste	14.455	7.412	25.014	23.260	70.141
Exterior	17.242	13.474	42.330	1.339	74.385

Exposições por setor econômico e prazo remanescente de vencimento

Em R\$ milhões						dez-22
	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total (Líquido)	
Pessoas Físicas	74.328	30.300	110.864	171.338	386.830	
Setor Público	24.261	931	67.507	27.088	119.787	
Setor Privado	112.582	50.720	150.842	26.196	340.340	
Agropecuária	5.921	3.275	3.560	687	13.443	
Comércio	5.653	1.968	4.258	489	12.369	
Alimentícios	15.723	7.073	10.363	1.965	35.124	
Transporte e Logística	3.366	2.344	9.301	6.274	21.284	
Automotivo	7.728	1.869	4.811	492	14.899	
Energia	3.243	3.115	12.407	1.190	19.954	
Construção	5.663	1.455	5.655	680	13.453	
Serviços	6.249	1.771	7.958	860	16.838	
Química e Petroquímica	9.596	3.324	3.814	1.255	17.989	
Indústria	455	181	527	1.982	3.145	
Usinas	1.701	669	2.938	160	5.468	
Saúde	2.173	1.237	5.251	962	9.622	
Têxtil e Vestuário	3.159	808	3.557	549	8.074	
Incorporadora e Atividades Imobiliárias	1.452	878	3.046	668	6.044	
Metalurgia e Siderurgia	4.662	1.461	7.077	136	13.336	
Máquinas e Equipamentos	4.884	1.427	5.000	407	11.717	
Mineração	636	2.418	800	20	3.874	
Farmacêutico	2.743	978	4.471	195	8.387	
Petróleo e Gás	2.893	1.569	4.272	187	8.921	
Lazer e Alimentação	1.681	655	2.036	596	4.968	
Eletroeletrônicos	2.248	1.040	2.309	174	5.771	
Holdings e Sociedades de Participação	3.470	1.428	10.913	999	16.809	
Educação	634	223	2.408	566	3.830	
Atividades Financeiras e Seguradoras	4.653	1.122	6.373	1.691	13.839	
Tecnologia da Informação	658	244	1.234	152	2.288	
Telecomunicações	1.712	409	4.323	60	6.504	
Locadoras de Automóveis	223	405	4.852	134	5.614	
Papel e Celulose	1.386	173	820	23	2.403	
Madeira	776	413	1.008	56	2.254	
Comunicação	597	243	683	126	1.649	
Administração pública, defesa e seguridade social	7	3	15	1	27	
Hotéis	190	51	446	65	751	
Saneamento	444	389	983	28	1.843	
Cosméticos	538	93	186	24	841	
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiro	65	10	115	281	471	
Outros	5.400	6.000	13.072	2.064	26.536	

Exposições em curso anormal, provisões e baixas contábeis por região geográfica

Em R\$ milhões				dez-22
	Curso Anormal			
	Exposições	Provisões	Baixas contábeis por prejuízo	
Sudeste	22.014	14.268	11.476	
Sul	4.564	3.071	2.054	
Centro Oeste	2.657	1.806	1.128	
Norte	1.412	914	502	
Nordeste	5.538	3.825	2.325	
Exterior	1.547	685	-	
Total Região Geográfica	37.732	24.570	17.486	

Exposições em curso anormal, provisões e baixas contábeis por setor econômico

Em R\$ milhões	Curso Anormal			dez-22
	Exposições	Provisões	Baixas contábeis por prejuízo	
Pessoas Físicas	25.627	17.108	13.327	
Setor Público	-	-	-	
Setor Privado	12.105	7.461	4.159	
Agropecuária	81	68	32	
Comércio	3.051	1.149	254	
Alimentícios	2.234	1.237	653	
Transporte e Logística	498	341	173	
Automotivo	399	283	194	
Energia	2	2	-	
Construção	719	529	309	
Serviços	690	516	379	
Química e Petroquímica	170	142	53	
Indústria	27	21	11	
Usinas	465	429	-	
Saúde	238	163	85	
Têxtil e Vestuário	707	446	286	
Incorporadora e Atividades Imobiliárias	272	232	116	
Metalurgia e Siderurgia	95	74	44	
Máquinas e Equipamentos	343	299	97	
Mineração	11	8	445	
Farmacêutico	134	104	67	
Petróleo e Gás	241	155	97	
Lazer e Alimentação	665	509	425	
Eletroeletrônicos	230	146	134	
Holdings e Sociedades de Participação	194	117	12	
Educação	161	123	56	
Atividades Financeiras e Seguradoras	41	31	17	
Tecnologia da Informação	42	31	20	
Telecomunicações	57	50	38	
Locadoras de Automóveis	27	22	10	
Papel e Celulose	19	18	7	
Madeira	82	61	30	
Comunicação	103	77	63	
Administração pública, defesa e seguridade social	-	-	-	
Hotéis	31	25	10	
Saneamento	22	14	9	
Cosméticos	28	23	14	
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-finance	18	15	9	
Outros	6	5	4	
Total Setor Econômico	37.732	24.570	17.486	

Exposições segmentadas por faixa de atraso

Em R\$ milhões	dez-22
Total das exposições em atraso	51.911
Menor que 30 dias	23.615
Entre 31 e 90	12.972
Entre 91 e 180	6.729
Entre 181 e 365	7.785
Maior que 365	810

Maiores exposições

Em R\$ milhões			dez-22		
	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor líquido	% Valor líquido / Total
	Em curso anormal	Em curso normal			
10 Maiores Devedores	3.507	144.066	1.074	146.500	17,3%
100 Maiores Devedores	3.507	230.793	2.485	231.816	27,4%

Operações reestruturadas

Em R\$ milhões		dez-22
Exposições reestruturadas		22.760
Operações em curso anormal		21.653
Demais operações		1.107

CRC: Informações sobre Instrumentos Mitigadores do Risco de Crédito

As garantias são definidas como medidas de reforço adicional a uma operação de crédito, como mitigadoras do risco de crédito frente à perda por incumprimento da obrigação do pagamento, seja pelo prazo da operação e aumento do risco de deterioração do cliente ou pela existência de eventos externos possíveis, relevantes e imprevisíveis que possam prejudicar o término da operação e que são de difícil gestão pelo credor.

No Banco Santander, há uma área responsável pelo controle e acompanhamento de todas as garantias, desde a contratação até a liquidação da operação de crédito, provendo o Banco com as informações gerenciais e contábeis das mesmas.

A avaliação das garantias considera critérios conservadores e adequados ao horizonte temporal da operação garantida, realizada mediante processos adequados para cada tipo de garantia que minimizem o risco sobre sua avaliação. A correta formalização da operação de crédito e constituição da garantia é premissa necessária e indispensável, devendo-se maximizar todos os cuidados para que a garantia se constitua válida e surta plenos efeitos. Considera-se com especial cautela a possibilidade e viabilidade de execução da garantia e sua liquidação.

O valor da garantia é acompanhado ao menos com a periodicidade permitida em cláusula e sempre com antecedência suficiente para solicitação de reposição. O incumprimento da obrigação concede à entidade a possibilidade de exigir a execução da garantia, conforme previsto em contrato formalizado e de acordo com o estabelecido pela normativa que se aplique.

As garantias classificam-se por:

- Garantias fidejussórias: conferem ao credor um direito de natureza pessoal ou uma alçada que é dirigida ao próprio patrimônio do garantidor. Este tipo de garantia é feito sempre por terceiros distintos do devedor, seja no próprio contrato de crédito ou em contrato separado.

- Garantias reais: são constituídas sobre bens (móveis ou imóveis) ou direitos, concretos e determinados que assegurem ao credor o cumprimento da obrigação principal mediante a vinculação de um bem.

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS são derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e onde, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS são derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito

Em R\$ milhões

dez-22

	Exposições não mitigadas	Exposições mitigadas	Das quais: parcela coberta por		
			Colaterais financeiros	Garantias	Derivativos de crédito
Concessão de crédito	429.237	32.888	7.554	25.333	-
Títulos de dívida	187.316	6.021	4.928	1.093	-
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	65.388	3.693	1.208	2.485	-
Demais operações	227.919	45	45	-	-
Total	909.861	42.646	13.735	28.911	-
Dos quais: em curso anormal	10.131	38	2	35	-

CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito

Em R\$ milhões

dez-22

	Exposições pré FCC e mitigação		Exposições pós FCC e mitigação		RWA e densidade de RWA	
	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	RWA	Densidade de RWA
Governos centrais e respectivos bancos centrais	221.402	-	221.402	-	1.756	1%
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	935	12	935	7	942	100%
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	1.444	-	1.444	-	-	0%
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	93.111	2.180	76.632	1.239	21.550	28%
Pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	234.829	67.619	230.950	41.312	231.683	85%
Exposições de varejo	214.689	129.922	214.689	26.319	175.589	73%
Empréstimos e financiamentos com garantia de imóveis residenciais	65.456	-	65.456	-	27.466	42%
Financiamentos para construção de imóveis comerciais	1.086	-	1.086	-	543	50%
Participações societárias	9.556	-	9.556	-	9.556	100%
Outros ativos	62.457	1.024	61.268	205	42.822	70%
Total	904.965	200.757	883.418	69.082	511.908	54%

CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)

	Fator de ponderação de risco (FPR)									Total das exposições de crédito (Após FCC e mitigação)
	0%	10%	20%	35%	50%	75%	85%	100%	Outros	
Governos centrais e respectivos bancos centrais	217.945	-	15	-	3.378	-	-	64	-	221.402
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	-	-	942	-	942
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	1.444	-	-	-	-	-	-	-	-	1.444
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	-	-	57.951	-	19.920	-	-	-	-	77.871
Pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	8.918	-	5.609	-	10.947	-	144.536	102.229	22	272.262
Exposições de varejo	348	-	59	-	16.131	221.161	-	1.413	1.895	241.008
Empréstimos e financiamentos com garantia de imóveis residenciais	1	-	-	54.129	644	4.373	1.069	1.142	4.098	65.456
Financiamentos para construção de imóveis comerciais	-	-	-	-	1.086	-	-	-	-	1.086
Participações societárias	-	-	-	-	-	-	-	9.556	-	9.556
Outras exposições	16.594	-	1.849	-	1.147	-	-	41.880	11	61.481
Total	245.249	-	65.483	54.129	53.253	225.534	145.606	157.227	6.026	952.508

Risco de Crédito de Contraparte (CCR)

CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)

A seguir, seguem as políticas e estratégias de gerenciamento do risco de crédito de contraparte conforme estabelecido na Resolução Nº 4.557, de 2017, incluindo as exposições as contrapartes centrais (CCPs) e os resultados apurados no período.

O risco de crédito de contraparte ocorre da possibilidade de não cumprimento de obrigação relativa a operações realizadas por uma contraparte, e contempla operações de derivativos, *security lending*, compromissadas, empréstimos e operações a liquidar. A exposição a este risco é mensurada com a métrica de REC (risco equivalente de crédito), que representa a exposição potencial à uma contrapartida com 97,5% de confiança. Os limites de exposição potencial são aprovados em comitês apropriados e é realizada a gestão do consumo deste limite, das variações relevantes e é verificado o limite disponível para novas operações antes que sejam realizadas.

O REC observa as operações em vigor com a contrapartida e calcula a exposição potencial com base em modelos específicos para cada instrumento e fator de risco, bem como a diversificação entre estas operações no portfólio contra a contraparte. O consumo desta métrica por ser mitigado por procedimentos de chamada de margem (e sua periodicidade), garantias depositadas pela contraparte e *initial margin*. As metodologias de REC e efeitos mitigantes é aprovada pela equipe de validação e sua execução e procedimentos estão sujeitos à verificação por auditoria interna e externa.

Atualmente, o Banco Santander Brasil não calcula o impacto de colaterais que a Instituição seria obrigada a empenhar caso houvesse rebaixamento na sua classificação de crédito.

CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada

Em R\$ milhões					dez-22
	Valor de reposição	Ganho potencial futuro	Multiplicador empregado no cálculo da exposição	Exposição total pós-mitigação	RWA
Abordagem SA-CCR	25.172	10.006	1,4	49.250	14.035
Abordagem CEM	-	-	-	-	-
Abordagem Simples – mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)	-	-	-	48.023	3.078
Abordagem Abrangente – mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)	-	-	-	-	-
Total					17.113

CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco

Em R\$ milhões										dez-22
	Fator de ponderação de risco (FPR)									Total
	0%	10%	20%	50%	75%	85%	100%	150%	Outros	
Governos centrais e respectivos bancos centrais	298	-	-	-	-	-	-	-	-	298
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	11	-	-	-	-	-	-	-	-	11
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	-	-	372	601	-	-	-	-	-	973
Pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	42.382	7.210	-	-	-	6.592	7.859	-	-	64.042
Exposições de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contrapartes	-	-	-	-	-	-	-	-	31.949	31.949
Total	42.691	7.210	372	601	-	6.592	7.859	-	31.949	97.273

CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte

Em R\$ milhões						dez-22
	Colaterais financeiros associados a operações com derivativos				Colaterais financeiros associados a operações compromissadas e de empréstimos de ativos	
	Valor justo dos colaterais recebidos		Valor justo dos colaterais entregues		Valor justo dos colaterais recebidos	Valor justo dos colaterais entregues
	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados		
Depósitos - moeda nacional	-	-	-	-	87.695	57.044
Depósitos - outras moedas	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos federais	170	-	373	-	3.528	43.806
Títulos emitidos por outros governos	-	-	-	-	-	-
Títulos privados	-	-	-	-	-	17.280
Ações	676	-	-	-	-	-
Outros colaterais	3.016	-	949	-	55.061	-
Total	3.862	-	1.322	-	146.284	118.130

CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito

Em R\$ milhões

dez-22

	Risco transferido	Risco recebido
Valor nominal		
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade (Single-name CDS)	1.228	20
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade		
Swap de taxa de retorno total	250	700
Valor nominal total	1.478	720
Valor justo	37	54
Valor justo positivo (ativo)	150	136
Valor justo negativo (passivo)	(113)	(82)

CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais

Em R\$ milhões

dez-22

	Exposição após mitigação	RWA
Exposições a QCCPs (total)		680
Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais:	34.000	680
(i) Derivativos de balcão	-	-
(ii) Derivativos padronizados	34.000	680
(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
(iv) Demais operações	-	-
Garantia disponibilizada em favor da QCCP e apartada do patrimônio da entidade depositária	15.991	
Garantia disponibilizada em favor da QCCP e não apartada do patrimônio da entidade depositária	-	-
Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
Exposições a CCPs não qualificadas (total)		-
Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais:	-	-
(i) Derivativos de balcão	-	-
(ii) Derivativos padronizados	-	-
(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
(iv) Demais operações	-	-
Garantia disponibilizada em favor de CCPs não qualificadas e apartada do patrimônio da entidade depositária	-	
Garantia disponibilizada em favor de CCPs não qualificadas e não apartada do patrimônio da entidade	-	-
Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-

Exposições de Securitização

A avaliação e execução das operações de securitização pelo Grupo Santander Brasil baseia-se nas diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As definições dos principais critérios que tangem o tema podem ser consultadas nas Circulares nº 3.848/17 e nº 3.648/13.

Vale destacar que a análise da viabilidade de uma operação leva em consideração os resultados econômicos, impactos em riscos, capital e operacionais, entre outros.

Dada a relevância do tema, foi criada e aprovada nas devidas instâncias uma política de securitização a qual estabelece a governança aplicável ao tema, as funções e as responsabilidades das equipes envolvidas no processo.

SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco das exposições de securitização

A atividade de securitização na Instituição é segregada em:

- **Posição de Originação:** trata-se de securitizações em que o Santander atua como originador, ou seja, os ativos subjacentes das operações são ativos que já estão no balanço do Banco, podendo derivar em securitização tradicional e sintética. Tal segregação na classificação é baseada na avaliação da transferência substancial de riscos de tais ativos. Maiores detalhes referentes à esta mensuração podem ser consultados na Resolução N° 3.533.
- **Posição de Investidor:** refere-se a operações em que o Santander Brasil adquire posições sênior de veículos de securitização. Para tais operações são avaliados perfil de risco da carteira, tipo do ativo subjacente, remuneração atrelada ao investimento, entre outros.

Atualmente, não há sociedades de propósito específico (SPE) que têm a Instituição como contraparte patrocinadora integradas no conglomerado prudencial.

O tratamento contábil aplicado às operações de securitização é definido de acordo com o tipo de transação realizada, ou seja, a definição do roteiro contábil baseia-se:

- Se há transferência substancial de riscos, ou seja, se os riscos e benefícios da operação passam para a gestão e controle de terceiros o que consequentemente gera a baixa do ativo do balanço da Instituição;
- Se os riscos são retidos pela Instituição originadora, trata-se de situações em que os riscos e benefícios associados ao ativo cedido permanecem contabilizados no balanço da Instituição originadora;
- Nos casos em que não há nem transferência nem retenção substancial de riscos associados ao ativo subjacente, ou seja, o originador da operação retém a posição subordinada e o investidor retém a posição sênior.

No ano de 2022 não foram realizadas operações com a caracterização de venda ou transferência dos ativos sem retenção substancial de riscos. No ano de 2022 não foram realizadas operações com retenção substancial de riscos.

SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária

Em R\$ milhões	dez-22								
	Instituição financeira posições retidas			Instituição financeira como patrocinadora			Instituição financeira como investidora		
	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal
Varejo (total), das quais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
imobiliário residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atacado (total), das quais	-	-	-	-	-	-	23	-	23
demais pessoas jurídicas, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	23	-	23
imobiliário comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
arrendamento mercantil e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-

SEC2: Exposições de Securitização classificadas na carteira de negociação

Atualmente, o Banco Santander não possui exposições a serem reportadas na tabela SEC2.

SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora de securitização

Atualmente, o Banco Santander não possui exposições a serem reportadas na tabela SEC3.

SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora

	Em R\$ milhões					dez-22					
	Valor das exposições (por faixa de FPR)					Valor agregado das exposições		RWA		Requerimento de capital	
	≤ 20%	20% < FPR < 50%	50% ≤ FPR < 100%	100% ≤ FPR < 1250%	1250%	Padrão	1250%	Padrão	1250%	Padrão	1250%
Exposições totais	-	23	-	-	-	23	-	6	-	0,5	-
Securitização tradicional, da qual:	-	23	-	-	-	23	-	6	-	0,5	-
Securitização:	-	23	-	-	-	23	-	6	-	0,5	-
com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	23	-	-	-	23	-	6	-	0,5	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização sintética, da qual:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros fatores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

MRA: Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como o risco incorrido no resultado dos efeitos de mudanças em fatores de mercado (taxas de juros, taxas de câmbios, ações e *commodities*, dentre outros), os quais podem refletir em ganhos e perdas.

O risco de mercado pode afetar tanto a carteira de negociação (*trading book*) quanto a carteira bancária (não-negociação, *banking book*).

No caso da atividade da carteira de negociação, tanto a oferta de serviços financeiros em mercados para clientes (nos quais a entidade é a contraparte), como as atividades de compra e venda em produtos com taxas de juros, ações, moedas e *commodities* estão inclusos.

Já a carteira bancária (não-negociação), define-se como o risco incorrido devido a mudanças dos fatores de mercado que afetam posições, cujas variações de valor são reconhecidas em ganhos e perdas ou reservas e, por isso, impactam os índices de capital regulatórios.

O Banco Santander Brasil zela pelo controle efetivo dos riscos de mercado e assegura uma gestão de acordo com o nível de apetite definido. O trabalho em conjunto com as áreas de negócios garante que os riscos de mercado inerentes tenham sido devidamente identificados, avaliados e administrados corretamente.

O Banco possui uma política institucional, a qual procura definir os princípios a serem seguidos na admissão, controle, consolidação e *reporting* do risco de mercado. Além disso, aborda os aspectos funcionais, de governança, os principais processos associados e os instrumentos que permitam seu adequado desenvolvimento e implantação.

O controle e monitoramento do risco de mercado tem por objetivo cobrir todas as possíveis fontes geradoras de risco. Diante disso, leva em consideração a exposição e sensibilidade do risco, dado o ambiente econômico, o modelo de negócios ou pela combinação de ambos.

O estabelecimento de limites visa cumprir de forma eficiente os níveis de risco de mercado que o Banco está disposto a aceitar. Tais limites são definidos de acordo com o Apetite ao Risco, este estabelecido pelo Conselho de Administração, baseando-se na capacidade dos gestores, na infraestrutura disponível para a gestão, no ambiente de controle, no conhecimento dos produtos, na informação oportuna e na robustez dos modelos.

Anualmente, a proposta de limites e alertas para as métricas de Apetite ao Risco, são revisadas. O detalhamento dos processos anuais de fixação e aprovação dos limites constam em um procedimento corporativo interno de “Aprovação e Controle da Declaração de Apetite ao Risco (RAS)”, que pertence à árvore de documentos da função de apetite ao risco.

Para medir e avaliar o risco de mercado, são analisadas as seguintes métricas:

- Posições: como taxas de câmbio, ações, renda fixa, taxas de juros;
- Sensibilidades: Taxas de juros de renda fixa e opções (delta, gama, vega, theta e rho);
- VaR e VaR Estressado;
- Ajustes à valoração (XVA, FVA e AVA); e
- Simulações e testes de estresse.

Os resultados obtidos através dessas métricas são apresentados em diferentes fóruns locais e de governança corporativa, com intuito de monitorar a evolução dos riscos de mercado.

A gestão do risco de mercado é administrada a nível corporativo, através do Comitê de Risco do Conselho, Comitê de Controle de Risco, Comitê Executivo de Risco, Fórum de Controle de Risco de Mercado e Fórum de Proposta de Riscos, sem prejuízo do cumprimento dos regulamentos societários gerais aplicáveis.

MR1: Abordagem padronizada – fatores de riscos associados ao risco de mercado

Em R\$ milhões	dez-22	set-22
Taxas de juros	22.068	26.715
Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	7.706	9.974
Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	5.211	4.092
Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)	9.079	12.562
Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	72	87
Preços de ações (RWAACS)	111	580
Taxas de câmbio (RWACAM)	939	690
Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)	1.047	1.121
Total	24.165	29.105

MRB: Informações Qualitativas sobre o Risco de Mercado na Abordagem de Modelos Internos

Os modelos de VaR e VaR estressado cobrem as atividades financeiras da carteira de negociação do Banco nos riscos de mercado de ações, juros, câmbio, spread de crédito e commodities, tanto para produtos lineares quanto para produtos não-lineares.

Abaixo, segue lista com as instituições integrantes do conglomerado prudencial do Banco Santander Brasil que utilizam modelo interno de riscos de mercado da carteira de negociação:

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.;
- Santander FI UNIX Multimercado Crédito Privado;
- Santander FI Diamantina Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Santander FI Hedge Strategy Fund;
- Santander FI Amazonas Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior; e
- Santander FI Guarujá Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior.

É importante ressaltar que o Banco Santander Brasil é composto pelas *branches* Cayman e Luxemburgo.

Para o cálculo dos modelos, é utilizado um horizonte temporal de um dia, com uma janela móvel de 520 dias para o VaR e uma janela fixa de 260 dias para o VaR estressado com um nível de confiança de 99%. Para a janela de 520 dias do VaR são calculadas duas métricas de VaR: um VaR percentil (pesos constantes) e um VaR ponderado (pesos diferentes dependendo da proximidade da data na janela em relação à data de referência), sendo utilizado o valor mais conservador.

A principal diferença entre os modelos utilizados para fins gerenciais e regulatórios é a Posição de FX da carteira bancária (não-negociação).

Para o modelo de VaR temos:

- Dados atualizados diariamente;
- VaR 10 dias calculado utilizando uma janela móvel de 10 dias para a simulação da série histórica;
- Reavaliação completa;

- Retornos aditivos para as curvas de juros e retornos multiplicativos para os outros fatores de risco.

Para o modelo de VaR estressado:

- VaR estressado 10 dias calculado utilizando uma janela móvel de 10 dias para a simulação da série histórica;
- Período de agosto de 2008 até agosto de 2009, período da crise do sub-prime. Maior VaR (absoluto), considerando uma janela móvel de 260 dias para o período de janeiro de 2007 até a data atual;
- Reavaliação completa.

Não são realizados testes de estresse para os parâmetros dos modelos por ser utilizado um modelo de simulação histórica com reavaliação completa.

São realizados testes de aderência utilizando janelas de 251 dias e 521 dias, aplicando testes de proporção e independência.

MR2: Informações sobre as variações do RWAMINT

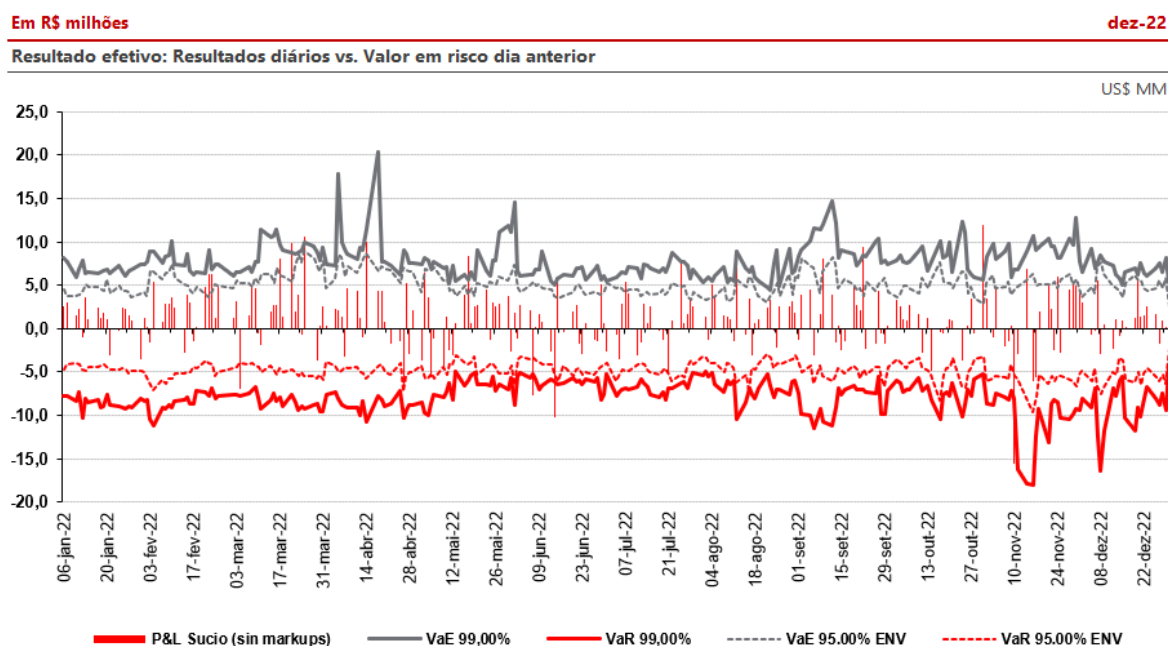
Em R\$ milhões	dez-22			
	VaR	VaR Estressado	Outros	RWA _{MINT} total
RWAMINT em 30/09/2022	4.810	13.000	-	17.810
Mudanças nos níveis de risco	1.041	(3.840)	-	(2.799)
Atualizações e mudanças no modelo interno	-	-	-	-
Metodologia e regulação	-	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-	-
Mudanças nas taxas de câmbio	85	133	-	218
Outros	-	-	-	-
RWAMINT em 31/12/2022	5.936	9.293	-	15.230

MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado

Em R\$ milhões	dez-22	set-22
VaR (10 dias, 99%)		
Máximo	303	187
Médio	147	121
Mínimo	70	81
Final do Trimestre	107	100
VaR estressado (10 dias, 99%)		
Máximo	365	512
Médio	232	325
Mínimo	122	144
Final do Trimestre	170	178

MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético

Abaixo, segue quadro de aderência em relação aos resultados efetivos do período:

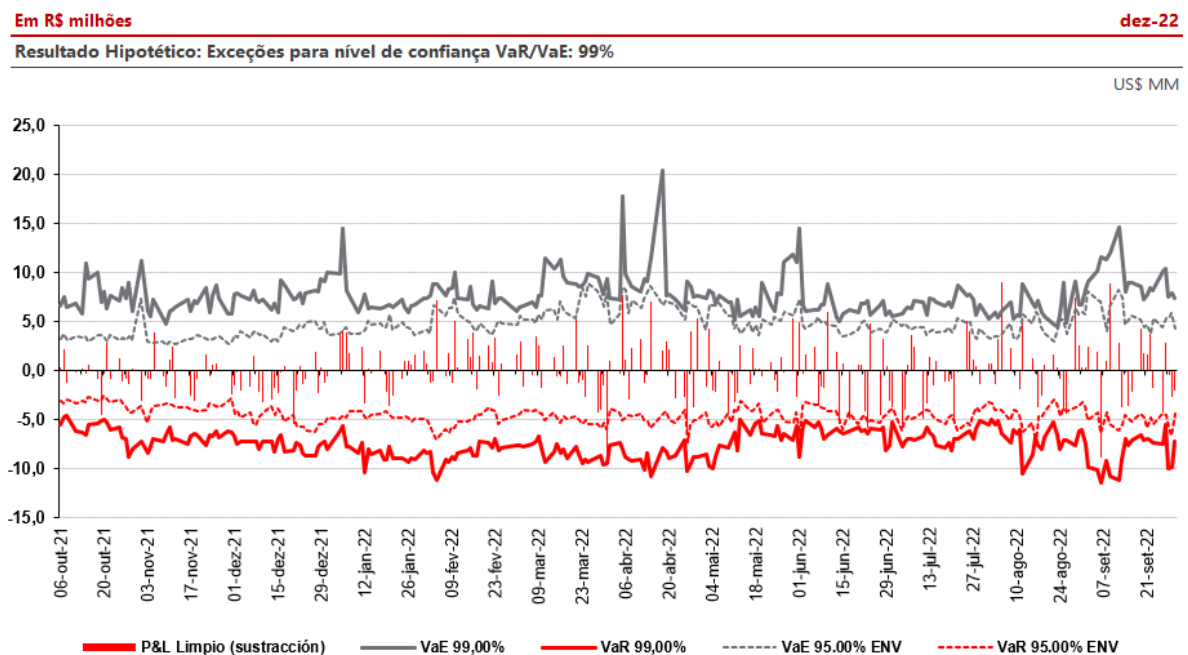


Exceções para nível de confiança VaR/VaE: 99%

dez-22

Data	P&L	VaR-VaE	Causa da exceção
21/03/2022	9,9	8,8	Revisões em expectativas de Inflação Brasileira e Americana.
25/03/2022	10,6	9,9	Divulgação de inflação local acima do esperado e Variação Cambial, oitavo pregão consecutivo com queda do Dolar em relação ao Real.
17/05/2022	8,4	5,6	Excesso de VaE ocasionado da carteira de clientes e operações de intraday.
07/06/2022	(7,7)	(5,3)	Excesso de VaR ocasionado, essencialmente, pelo movimento da curva de inflação implícita de 315bps no curto prazo.
14/06/2022	(10,3)	(6,1)	Excesso de VaR ocasionado, essencialmente pelo risco internacional com uma reprecificação na velocidade do ciclo de aperto monetário do FED, havendo também impacto local à curva de DI1.
22/09/2022	9,4	8,5	Excesso devido à decisão da reunião do Copom.
31/10/2022	11,9	5,6	Excesso devido a diminuição da inclinação da curva de juros futuros e depreciação do dolar.
10/11/2022	(15,6)	(8,1)	Excesso devido a abertura das curvas de juros futuros em mais de 100bps e variação cambial USD/BRL.

Abaixo, segue quadro de aderência em relação aos resultados hipotéticos do período:



Exceções para nível de confiança VaR/VaE: 99%

dez-22

	P&L	VaR-VaE	Causa da exceção
05/08/2022	9,1	6,1	Excesso de VaE ocasionado pela variação da curva Pré longa.
10/11/2022	(18,2)	(8,1)	Excesso devido a abertura das curvas de juros futuros em mais de 100bps e variação cambial USD/BRL.
14/11/2022	10,0	8,9	Excesso de VaE ocasionado pela variação juros futuros.

OPD: Operações com derivativos

Em R\$ milhões	dez-22		set-22	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Brasil				
Contraparte Central				
Ações e Índices ¹	158	(35)	205	(37)
Câmbio ²	73.376	(980)	59.190	(725)
Taxa de juros ³	17	(13)	31	(119)
Commodities ⁴	9	(35)	21	(37)
Sem Contraparte Central				
Ações e Índices ¹	605	(849)	608	(836)
Câmbio ²	93.295	(144.612)	90.660	(137.807)
Taxa de juros ³	67	(71)	216	(225)
Commodities ⁴	2.690	(2.662)	1.997	(1.980)
Exterior				
Contraparte Central				
Ações e Índices ¹	393	(331)	548	(794)
Câmbio ²	48	(4)	18	(9)
Taxa de juros ³	-	-	1	(1)
Commodities ⁴	87	(1.674)	119	(1.325)
Sem Contraparte Central				
Ações e Índices ¹	1.334	(2.531)	1.254	(2.599)
Câmbio ²	85.192	(91.865)	96.966	(103.892)
Taxa de juros ³	3	(3)	236	(264)
Commodities ⁴	4.519	(2.909)	3.642	(2.378)

Constam somente as posições classificadas como "Negociação".

¹ Os números representam a sensibilidade ante um choque de +1% nos preços de ações

² Os números representam a sensibilidade ante um choque de +1% nos preços de moedas;

³ Os números representam a sensibilidade ante um choque de +10bps nas taxas de juros;

⁴ Os números representam a sensibilidade ante um choque de +1% nos preços das commodities.

Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)

IRRBB: Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do IRRBB

A Instituição define o Risco das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira de não negociação (*Interest Rate Risk Banking Book*, doravante IRRBB) como aquele derivado de perdas ocorridas como consequência do impacto tanto na margem financeira como na estrutura patrimonial da Instituição originada pelos movimentos das taxas de juros. Trata-se da exposição financeira e econômica do Grupo a movimentos nas taxas de juros que pode repercutir na perda de rentabilidade e valor patrimonial.

O Banco Santander Brasil monitora a sensibilidade da margem líquida de juros (margem financeira) e do valor patrimonial com relação às variações das taxas de juros. Essa sensibilidade é originada da defasagem entre as datas de vencimento e de revisão das taxas de juros dos diferentes elementos do balanço patrimonial.

Tomando como base a posição das taxas de juros do balanço e considerando as perspectivas do mercado, são tomadas medidas financeiras para alinhar essa posição ao objetivo da Instituição. Estas medidas são efetivadas de acordo com a estratégia de gestão da Instituição, variando desde tomada de posições nos mercados até alteração na definição de taxas de juros dos produtos comerciais.

As medidas usadas pelo Santander Brasil para controlar o risco, ou a exposição às taxas de juros nessas atividades são o *gap* das taxas de juros (*repricing gap*), a sensibilidade da margem financeira (ΔNIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (ΔMVE) às variações dos níveis nas taxas de juros.

Gap das Taxas de Juros de Ativos e Passivos

A análise de *gaps* das taxas de juros monitora os descasamentos entre os prazos de reavaliação dos elementos no balanço (ativos e passivos) e dos elementos fora do balanço. Essa análise facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Adicionalmente, é considerada como ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da Instituição.

Todos os elementos, dentro ou fora do balanço, devem ser classificados por fluxos e reorganizados pelo ponto de reavaliação dos preços e pelos vencimentos. Quando não houver um vencimento por contrato, será utilizado um modelo interno de análise e estimativa da sua duração e sensibilidade, como por exemplo o modelo de estimação do fluxo de saídas de Depósitos sem Vencimento e seus respectivos compulsórios, Poupança, Depósitos a Vista e Depósitos a Prazo (os quais, apesar de possuírem vencimento contratual, na sua maior parte possuem liquidez diária).

A metodologia para estimação do fluxo de caixa desses Passivos, consiste basicamente na análise histórica do comportamento de cada um dos produtos. A partir dos dados históricos verificam-se as variáveis, como média e volatilidade, e então determinam-se as saídas de caixa entre um dia e vinte anos, sendo os parâmetros estatísticos ajustados para que as saídas de um dia reflitam possíveis instabilidades de mercado, por questão de conservadorismo. A partir dessa estimativa de fluxo de caixa, calcula-se a sensibilidade das variações nas taxas de juros, considerando os respectivos indexadores e opcionalidades nos cálculos. Além de estimar o fluxo de caixa dos Passivos sem Vencimento, aos Créditos também são aplicados estudos metodológicos que visam estimar um comportamento mais fidedigno do fluxo de caixa da carteira.

Os estudos de Pré-Pagamento e Inadimplência são:

- **Pré-Pagamento:** O evento de pré-pagamento origina-se do ato de liquidar uma operação de crédito antes do seu vencimento contratual (liquidação da operação como um todo e não ao adiantamento de uma ou mais parcelas). A modelagem desta liquidação antecipada objetiva a projeção de um fluxo de caixa mais condizente com a realidade dos produtos e mensuração do risco de margem gerado no reinvestimento desses montantes pré-pagos. O pré-pagamento antecipa os fluxos de recebimentos da carteira de crédito reduzindo sua duração e, consequentemente, refletindo nas mensurações de risco. Para apuração do índice de Pré-Pagamento, avalia-se o percentual de todas as liquidações realizadas que não estavam previstas para o mês em questão. A partir do histórico dessas observações origina-se o índice de Pré-Pagamento por produto;
- **Inadimplência:** A inadimplência é característica intrínseca dos produtos de empréstimos em um banco de varejo e, portanto, deve ser considerada sempre que uma nova concessão de crédito é aprovada. Por conseguinte, estimar o volume de dinheiro que não será retornado também é um ajuste necessário na atividade de controle do risco de taxa de juros da carteira bancária. A metodologia em si é um algoritmo preditivo baseada no histórico de inadimplência, que visa determinar qual a parcela devida ao Banco e que deixará de ser recebida devido a maus pagadores. Assim, espera-se que o comportamento futuro dos devedores possa ser inferido a partir de observações passadas. O montante do fluxo de caixa

é ajustado, de modo que as medidas de sensibilidade sejam mais fidedignas ao comportamento real da carteira.

Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros.

O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curva das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Sensibilidade do Valor Patrimonial (MVE)

A sensibilidade do valor patrimonial é uma medida complementar à sensibilidade da margem financeira. Ela mede o risco dos juros implícito no valor patrimonial, com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Risco estrutural de Câmbio e Ações e Cobertura de Resultados

Essas atividades são monitoradas medindo posições e resultados.

Medidas Complementares

Medidas de Teste e Calibragem

O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre as estimativas do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (resultado das carteiras no fechamento do dia anterior, avaliadas aos preços do dia seguinte). O objetivo desses testes é verificar e proporcionar uma medida da precisão dos modelos utilizados no cálculo do VaR.

As análises de *backtesting* realizadas pelo Banco Santander Brasil cumprem, minimamente, com as recomendações do BIS relativo à verificação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Além disso, a eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos, com o VaR diário estimado, de acordo com a Circular Nº 3.646 de 2013. O Banco também realiza testes de hipóteses, excessos, normalidade, correlação de *Spearman*, medidas de excesso médio entre outras métricas que ajudam na avaliação.

Os modelos de avaliação são calibrados e testados regularmente por uma unidade especializada.

Metodologia

Aplicam-se as metodologias abaixo como forma de ajustar os fluxos de caixa do balanço e assim considerar seus impactos na exposição de riscos estruturais:

- **Pagamento antecipado dos créditos:** O evento de pré-pagamento é definido como sendo o pagamento total de um empréstimo antes de sua data de vencimento. Este evento gera um risco de perda financeira para o banco em função de eventual descasamento entre ativos e passivos gerados pelo pré-pagamento. São realizados estudos periódicos, de acordo com metodologias específicas, para apurar (i) quais os produtos que devem ser objeto de estudo e (ii) o índice de pagamento antecipado que deve ser aplicado a cada um deles.

- **Contas sem vencimento contratual:** Para estimar a sensibilidade dos saldos das contas sem vencimento contratual, assume-se determinadas premissas e são segmentados os componentes estáveis e não estáveis destes depósitos.

Sistema de Controle

Definição de Limites

O processo de definição dos limites é executado juntamente com a atividade de elaboração de orçamentos. É um processo minimamente anual que responde ao nível de risco considerado aceitável pelo objetivo estratégico definido pela Instituição, incluindo a Comissão Executiva.

A ferramenta de limites é também utilizada para estabelecer os ativos e passivos disponíveis para cada atividade de negócios e sua estrutura consiste em desenvolver um processo que considere, entre outros, os seguintes aspectos:

- Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos financeiros gerados, para que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida;
- Quantificar e comunicar às áreas de negócio quais os níveis e perfis de risco considerados aceitáveis pelo Banco, a fim de evitar riscos indesejados;
- Dar flexibilidade às áreas de negócio para assumir riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, em virtude das mudanças do mercado e das estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela Instituição;
- Permitir aos geradores de negócio assumir riscos em volume prudente e suficiente para alcançar os resultados orçados;
- Delimitar a faixa de produtos e *underlyings* em que cada unidade de Tesouraria pode operar, considerando características como os modelos e sistemas de avaliação, liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

Em R\$ milhões	dez-22	dez-21	dez-22	dez-21
Cenários	Δ EVE		Δ NII	
Cenário paralelo de alta	(8.680)	(6.791)	(3.565)	(1.940)
Cenário paralelo de baixa	7.376	4.621	3.565	1.940
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo	(7.903)	(7.778)		
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo	8.465	8.484		
Cenário steepener	3.810	5.104		
Cenário flattener	(5.952)	(6.916)		
Variação máxima	(8.680)	(7.778)	(3.565)	(1.940)
	dez-22		dez-21	
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	75.944		76.970	

Remuneração de Administradores

O Banco Santander Brasil, em conformidade com as regulações vigentes, dispõe de uma política de remuneração que tem por objetivo estabelecer os critérios de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e demais funcionários, visando a compatibilidade com a gestão de risco, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição do risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo.

As normas e regras que compõem essa política de remuneração estão alinhadas às regulamentações aplicáveis:

- Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921, de 25/11/2010;
- Resolução Banco Central do Brasil nº 4.879 de 23/12/2020;
- Resolução Banco Central do Brasil nº 4.595 de 28/08/2017;

Regulamentação Europeia *Capital Requirements Directive – V*, que entrou em vigor com o Regulamento Delegado (UE) 2021/923, de 25/03/2021, complementando a regulamentação *Capital Requirements Directive – IV*, de janeiro de 2014.

REMA: Política de Remuneração

Comitê de Remuneração

Em observância à regulamentação do Banco Central (especificamente a Resolução CMN Nº 3.921/2010, de 25 de novembro de 2010), em 7 de fevereiro de 2012 os acionistas do Santander Brasil estabeleceram o Comitê de Remuneração no Estatuto Social da Companhia, o qual também atua como Comitê de Remuneração para determinadas coligadas e controladas da Companhia.

O Comitê de Remuneração é composto por 3 a 5 membros, nomeados pelo Conselho de Administração, selecionando pessoas que preencham as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo. Ao menos um dos membros não poderá ser um diretor executivo e os demais poderão ou não ser membros do Conselho de Administração da Companhia, e no mínimo dois membros deverão ser independentes de acordo com o parágrafo 3 do art. 14 referente ao Estatuto Social do Banco Santander Brasil.

O Comitê de Remuneração deve priorizar na sua composição integrantes com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a política de remuneração da Instituição, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos.

Os membros do Comitê de Remuneração terão mandato de 2 anos, permitida a recondução por até 4 vezes consecutivas, nos termos da legislação aplicável.

O Regimento Interno do Comitê de Remuneração foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de fevereiro de 2017. O referido documento poderá ser consultado pelos acionistas por meio dos sites: <www.santander.com.br/ri> e <www.santander.com.br/acionistas>, na seção “Governança Corporativa - Administração - Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração”.

Estrutura de Remuneração

As principais atribuições do Comitê de Remuneração são:

- Avaliar e propor ao Conselho de Administração políticas de remuneração de administradores da Instituição, contemplando as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento, tendo em conta o alinhamento dos interesses dos membros da administração e dos acionistas, as regras aplicáveis à Companhia, a atratividade e retenção de talentos e a sustentabilidade dos resultados da Companhia;
- Supervisionar a implementação e operacionalização da Política de Remuneração, bem como com o disposto na legislação aplicável;
- Revisar anualmente a Política de Remuneração, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento, quando necessário;
- Propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei Nº 6.404, de 1976;
- Zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da Instituição e com o disposto na Resolução Nº 3.921/10;
- Elaborar anualmente o Relatório do Comitê de Remuneração com observância das prescrições legais e regulamentares aplicáveis, relativamente à data-base de 31 de dezembro de cada ano.

Abaixo, seguem os critérios de remuneração fixa, benefícios e remuneração variável de todos os colaboradores do Banco Santander:

Membros do Conselho de Administração e Membros Independentes dos Comitês de Assessoramento

Todos os membros do Conselho de Administração e membros independentes dos Comitês de Assessoramento fazem jus a uma remuneração fixa composta por honorários mensais e, somente no caso dos Membros do Conselho de Administração, benefícios. Em casos excepcionais e plenamente justificados, o Presidente do Conselho de Administração pode receber também uma remuneração variável anual pelas suas funções desempenhadas, mediante deliberação do Comitê de Remuneração e do Conselho de Administração, e sempre dentro do limite global da remuneração anual aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

Administradores e Funcionários

Todos os funcionários e administradores fazem jus a remuneração fixa composta por pagamentos mensais, benefícios e previdência. No caso dos administradores, sempre dentro do limite global da remuneração anual aprovada em assembleia geral ordinária.

A estrutura de remuneração dos Administradores e Funcionários do Banco Santander Brasil, tem como princípios:

- Estar alinhada com os interesses dos acionistas, criação de valor a longo prazo e ser compatível com uma gestão de riscos adequada, rigorosa e com estratégia, valores e interesses a longo prazo, assim como manter uma base sólida de capital;

- A remuneração fixa deve representar uma proporção significativa da remuneração total;
- A remuneração variável tem como objetivo recompensar o desempenho baseado com a avaliação dos objetivos acordados de acordo com a função e responsabilidade dos funcionários e administradores, e com aderência aos comportamentos e condutas que reflitam a cultura do Grupo;
- A estrutura de remuneração aplicada deve ser competitiva, de maneira que facilite a atração e retenção dos funcionários e administradores;
- As práticas estabelecidas na política buscam reconhecer a performance individual e coletiva e não se diferenciam ou privilegiam por sua etnia, raça, sexo ou qualquer questão de cunho pessoal.

Definição da Remuneração Considerando Riscos Correntes e Futuros

Todos os planos de incentivo de longo prazo e diferimento estão sujeitos a aplicação de *Malus / Clawback*, ou seja, o Conselho de Administração da Companhia, por recomendação do Comitê de Remuneração e, após a avaliação do Comitê de *Malus / Clawback*, poderá aprovar reduzir até 100% do valor de cada participante nas hipóteses previamente aprovadas por Governança Interna, com objetivo especial de mitigar falhas na gestão de risco ou descumprimento de regras e códigos de conduta internos.

Correlação entre Avaliação de Desempenho e Remuneração

O Banco Santander Brasil possui programas de Remuneração Variável específicos para áreas comerciais com força de vendas que mensuram resultados de curto e médio prazo. Cada programa possui regulamento desenhado de acordo com a estratégia do Negócio e respectivo segmento, aprovado pela governança estabelecida, com a participação das áreas de *Compliance*, Recursos Humanos e Finanças. O pagamento é feito de forma mensal, semestral ou anual.

Já as áreas de apoio possuem um programa de Remuneração Variável Anual, que englobam os membros da Diretoria Executiva, cujo objetivo é reconhecer, através da meritocracia, os melhores desempenhos na Organização. Esse programa, leva em consideração os seguintes critérios:

- O desempenho individual: medido através da ferramenta institucional de avaliação de desempenho e contempla indicadores quantitativos e qualitativos. O período de contratação de metas é realizado no início do ano, com a revisão semestral e atribuição de nota de desempenho ao final do ano;
- O desempenho da unidade de negócios: medido através de ferramenta institucional de avaliação e reflete os desafios da área no exercício. Tem seus indicadores e metas aprovadas pelo Comitê Executivo e acompanhado mensalmente pela Vice-Presidência de Finanças;
- O desempenho da Instituição como um todo.

As áreas de Controle Interno e de Gestão de Risco seguem a mesma política de remuneração que as outras áreas do Banco Santander Brasil, sendo que os indicadores de desempenho utilizados para determinar o resultado, são indicadores das próprias áreas, não tendo relação com o desempenho das áreas de negócios, de forma a não gerar conflitos de interesse. A avaliação do Diretor de Auditoria é feita pelo Conselho de Administração.

As metas da equipe de Auditoria e da equipe *Compliance* são determinadas exclusivamente pela performance das áreas e dos indivíduos que as compõem, em relação às metas estabelecidas para

cada um e para o time. Nenhuma dessas metas estará relacionada à performance das áreas de negócios ou da Companhia como um todo, assegurando que não haverá conflito de interesses. O Diretor de Auditoria Interna, assim como o Diretor de *Compliance*, têm suas metas revisadas e aprovadas pelo Comitê de Remuneração.

Para garantir o correto controle e assim promover as condutas e comportamentos de um Banco responsável, as equipes comerciais elegíveis aos programas específicos e todos os funcionários e administradores das áreas de controle como Riscos, Auditoria, *Compliance*, Controladoria e Controle de Gestão possuem um teto de remuneração variável anual, correspondente a 100% da remuneração fixa anual recebida (incluindo benefícios e previdência).

Material Risk Takers (MRT)

O Banco Santander Brasil possui uma metodologia estruturada para mapeamento dos funcionários/administradores que são potenciais tomadores de risco (*Material Risk Takers*).

Essa metodologia é baseada na regulamentação *Europeia Capital Requirements Directive - V*, que entrou em vigor com o Regulamento Delegado (UE) 2021/923, de 25/03/2021, complementando a regulamentação *Europeia Capital Requirements Directive – IV*, vigente desde janeiro de 2014 que, não somente define os critérios, mas estabelece recomendações para práticas de remuneração, a fim de desestimular a tomada de risco excessiva, como o diferimento e máximos de remuneração variável, correspondentes a até 2 vezes a remuneração fixa anual recebida (incluindo benefícios e previdência).

Para a identificação, está estabelecido um processo anual, realizado sobre a totalidade de funcionários, incluindo altos diretivos, conselheiros e membros independentes do Banco Santander Brasil. O processo é feito através da aplicação de critérios qualitativos e quantitativos, os quais são aplicados aos funcionários das sociedades e unidades de negócios de acordo com a sua relevância.

Diferimento

Com objetivo de reforçar o protagonismo e o compromisso de nos tornar a melhor e mais rentável plataforma financeira do país, atualmente o Banco Santander Brasil possui 2 modelos de Diferimento:

Modelo para o Público *Material Risk Taker*

A remuneração variável anual deste público é paga da seguinte forma:

À Vista	30%	Em dinheiro
	30%	Em instrumentos de emissão da companhia, com lockup de 1 ano
Diferido	20%	Em dinheiro, em 4 parcelas anuais iguais
	20%	Em instrumentos de emissão da companhia, com lockup de 1 ano

O percentual de diferimento também dependerá do nível de compensação variável recebido no exercício, sendo considerado como critério mínimo o apresentado na figura acima.

Modelo para os Demais Funcionários

Os funcionários que não são *Material Risk Takers* também são elegíveis ao modelo de diferimento aplicável, de acordo com o patamar de compensação variável, sendo aplicado o diferimento de 40%, pelo prazo de 3 anos, com 50% pago em dinheiro e 50% em ações SANB11.

REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência

Em R\$ milhões	dez-22	
	Diretoria	Conselho de administração
Remuneração fixa		
Número de pessoas	98	5
Total da remuneração fixa	167	14
Da qual: em espécie	106	14
Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	-	-
Da qual: outras formas de remuneração	61	-
Remuneração variável		
Número de pessoas	92	1
Total da remuneração variável	236	1
Da qual: em espécie	108	-
da qual: diferida	40	-
Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	127	-
da qual: diferida	73	-
Da qual: outras formas de remuneração	-	-
da qual: diferida	-	-
Remuneração total	402	15

REM2: Pagamentos Extraordinários

Devido ao pequeno número de casos, a divulgação requerida pode revelar os valores pagos a determinado executivo, ferindo a confidencialidade de informações pessoais. Dessa forma, a tabela REM2 não será publicada mantendo preservadas as cláusulas de confidencialidade funcionário – instituição financeira, conforme previsto na Resolução BCB Nº 54, de 16 de dezembro de 2020, em seu art. 3º, § 4º.

REM3: Remuneração diferida

Em R\$ milhões	dez-22				
	Total da remuneração diferida pendente de pagamento	Da qual: Valor total diferido sujeito a ajustes implícitos e explícitos	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste explícito	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste implícito	Total da remuneração diferida paga no ano de referência
Diretoria					
Em espécie	67	65	-	7	27
Ações	-	-	-	-	-
Instrumentos baseados em ações	80	78	-	(4)	21
Outros	-	-	-	-	-
Conselho de administração					
Em espécie	25	25	-	3	7
Ações	-	-	-	-	-
Instrumentos baseados em ações	31	31	-	(5)	6
Outros	-	-	-	-	-
Total	204	199	-	1	62

Outros riscos

Risco de Concentração

As exposições podem surgir dentro ou entre diferentes categorias de risco em toda a Instituição com potencial de gerar: (i) perdas grandes suficientes para ameaçar a saúde da Instituição ou afetar a capacidade de manter as principais operações; ou (ii) alterar o perfil de risco da Instituição.

O risco de concentração é um fator essencial na gestão do risco de crédito e por isso é monitorado continuamente. Aspectos como setor econômico, concentração de risco em determinados grupos de clientes e produtos, são avaliados mensalmente como parte do exercício de Apetite ao Risco.

Este risco é originado da diversificação imperfeita dos portfólios de crédito, podendo derivar da “concentração individual” (diversificação incompleta do risco idiossincrático do tomador) e da “concentração de setor” (existência de fatores de riscos sistemáticos múltiplos, geralmente relacionados aos setores da economia e outras fontes como origem, localização geográfica ou fatores macroeconômicos).

A área de riscos do Banco atua juntamente com as áreas de negócio na gestão das carteiras de crédito, o que inclui reduzir a concentração das exposições através de várias técnicas, entre as quais a manutenção de derivativos para fins de proteção (hedge) ou a execução de transações de securitização, a fim de otimizar a taxa de risco/retorno da carteira como um todo. As políticas adotadas que determinam os limites de exposição requeridos para a gestão adequada da concentração do risco de crédito da carteira são definidas no Comitê Executivo de Riscos.

Riscos Social, Ambiental e Climático

Para construir um negócio seguro e responsável, o Banco Santander Brasil realiza a gestão permanente dos riscos que envolvem nossa atividade e que possam trazer impactos à Organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Neste sentido, o Banco Santander Brasil realiza a gestão dos riscos social, ambiental e climático, que são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais, degradação do meio ambiente, eventos extremos ambientais ou de longo prazo relacionados a mudanças climáticas, e aqueles advindos da transição para uma economia de baixo carbono.

O Santander Brasil reconhece a existência dos riscos social, ambiental e climático como componentes dos demais riscos gerenciados pela Organização. Desta forma, o Banco identifica, monitora e atua nas relações causais e impactos nos riscos: de crédito, operacional, de mercado, de liquidez, estrutural, Compliance e reputacional. Para coordenação e visão integrada das interrelações entre riscos, o Santander Brasil possui equipe dedicada com o objetivo de assegurar que todos os riscos financeiros e não financeiros tenham o tratamento adequado, garantindo o monitoramento regular, avaliação e reporte em governança.

O Banco atua na avaliação do risco socioambiental desde 2002. Inicialmente teve como principal enfoque o processo de concessão de crédito, sendo o pioneiro na avaliação da conformidade da atuação de seus clientes, visando garantir que a conduta adotada estivesse de acordo com os padrões e diretrizes previstos pelo Banco. Em 2009 passou a ser signatário dos Princípios do Equador,

conjunto de diretrizes para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos (*project finance*). A partir de 2020, a avaliação da exposição de clientes ao estresse hídrico, e sua dependência desse recurso passou a incorporar a análise conduzida pelo Banco. As avaliações realizadas podem resultar em estabelecimento de condicionantes, restrições ou ainda vedações para as empresas operarem com o Banco.

Alinhado à gestão de riscos, o Banco dispõe da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Sendo assim, o Santander possui estruturas dedicadas para aliar a sua responsabilidade social, ambiental e climática aos seus negócios, além de gerenciar os riscos incorridos, conforme abaixo:

- Sustentabilidade, que atua inclusive na identificação prospectiva de mudanças climáticas, sociais, ambientais, ações afirmativas e conformidades com iniciativas de entidades independentes, atuando em prol de uma agenda positiva;
- Risco Socioambiental, que operacionaliza as análises e os controles, além de participar no processo decisório de concessão de crédito no âmbito de seu escopo e perímetro definido em política interna;
- Gestão Integrada de Riscos, que é responsável pelo apetite ao risco do Banco, atua no monitoramento dos riscos quanto a transversalidade e seus impactos, promovendo a governança de reporte não apenas em esferas executivas, mas também junto ao Conselho de Administração.

A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das resoluções CMN N° 4.943 e N° 4.945 que passaram a vigorar em julho/2022, determinando que as organizações tenham um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

Risco Operacional

A área de Riscos Operacionais e Controles Internos, subordinada à Vice-Presidência Executiva de Riscos, atua na forma independente e conta com diretrizes, políticas e processos para assegurar a condução e adequação do Modelo de Controle e Gestão do Risco Operacional.

A área adota a definição do Comitê de Basileia e do Banco Central do Brasil para o Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da inadequação ou falha nos processos, pessoas, sistemas ou por eventos externos.

Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização.

O Risco Operacional é inerente aos produtos, atividades, processos e sistemas, e os princípios e diretrizes deste documento são aplicáveis a todos eles, sem prejuízo do desenvolvimento de regulamentações específicas para determinadas atividades, que definem o escopo exato em cada caso.

As categorias nas quais se classificam os eventos de Risco Operacional e sua definição básica, de acordo com as disposições das regras de Basileia, são:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Práticas de emprego, saúde e segurança no trabalho;
- Práticas com clientes, com produtos e de negócio;
- Danos em ativos físicos;
- Interrupção do negócio e falhas nos sistemas;
- Falhas na execução, entrega e gestão dos processos.

A Instituição conta com processo institucional para a captura, construção e consolidação dos dados de riscos operacionais em base interna, associada aos instrumentos de riscos operacionais, com o intuito de prover mecanismos de monitoramento das tendências para auxiliar na tomada de decisão e/ou mitigação com reporte à Alta Administração do Banco.

Glossário

A

- **ALCO** - *Asset and Liability Committee* (Comitê de Ativos e Passivos)

B

- **BACEN** - Banco Central do Brasil
- **BCB** – Banco Central do Brasil
- **BIS** – *Bank for International Settlements*

C

- **CA** - Conselho de Administração
- **CCP** - Contrapartes Centrais não Qualificadas
- **CCR** - Comitê de Controle de Riscos
- **CDS** - *Credit Default Swaps*
- **CE** - Comitê Executivo
- **CEO** – *Chief Executive Officer* (Diretor Executivo)
- **CFO** – *Chief Financial Officer* (Diretor Financeiro)
- **CRC** - Comitê de Riscos e Compliance
- **CVM** - Comissão de Valores Mobiliários

E

- **ECB** - *European Central Bank* (Banco Central Europeu)

H

- **HQLA** - *High Quality Liquidity Assets* (Ativos de Alta Liquidez)

I

- **IAISG** - Avaliação da Importância Sistêmica Global
- **ICAAP** - *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital)
- **IMR** - Informe Mensal de Riscos
- **IRRBB** - *Interest Rate Risk in the Banking Book* (Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária)

L

- **LCR** – *Liquidity Coverage Ratio* (Indicador de Liquidez de Curto Prazo)

M

- **MRT** - *Material Risk Takers* (Tomadores de Risco de Material)
- **MVE** – *Market Value of Equity* (Sensibilidade do Valor Patrimonial)

N

- **NIM** – *Net Interest Margin* (Sensibilidade da Margem Financeira)
- **NSFR** - *Net Stable Funding Ratio* (Indicador de Liquidez de Longo Prazo)

P

- **PPNR** - *Pre-Provision Net Revenues*
- **PR** - Patrimônio de Referência
- **PRSAC** - Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

R

- **RA** - Razão de Alavancagem
- **RAS** - *Risk Appetite Statement* (Declaração de Appetite ao Risco)
- **REC** - Risco Equivalente de Crédito
- **RORAC** – *Return on Risk-Adjusted Capital* (Retorno sobre o Capital ajustado ao Risco)
- **RPA** - *Risk Profile Assessment* (Avaliação do Perfil de Riscos)
- **RWA** - *Risk-weighted assets* (Ativos Ponderados pelo Risco)

S

- **SANB11** – Banco Santander Brasil Unit
- **SPE** - Sociedades de Propósito Específico

V

- **VaR** – *Value at Risk* (Valor em Risco)
- **VPE** – Vice-presidência